



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 53

Sessão Ordinária Fevereiro

1.ª Reunião em 17/02/2017

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Ana Manuel Torres Pereira, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o Vogal, Carlos Francisco da Cunha Picado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa (saiu às 21:30 horas), João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Anabela de Almeida Saraiva, Maria da Luz Nolasco Cardoso e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Ana Manuel Torres Pereira, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Rui Lima Batista e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins e Antero Marques dos Santos, se

fizeram substituir nesta reunião por, Silvestre Paiva da Silva e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, João Condinho Vargas, Paulo Jorge Coimbra Fontes, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 08NOV16 a 13FEV17;

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Constituição da Associação Portuguesa Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador;

Ponto 3 – Apreciação e Votação da Afetação ao Domínio Público das parcelas adquiridas/cedidas para integrar a “Rotunda do Botafogo”;

Ponto 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Transportes Públicos, medidas urgentes para reposição de oferta;

Ponto 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Defender o *Serviço Público* de transporte no município.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰³ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 49 – Sessão Ordinária Novembro – primeira reunião realizada em 11-11-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 50 – Sessão Ordinária Novembro – segunda reunião realizada em 18-11-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 51 – Sessão Extraordinária em Dezembro – realizada em 15-12-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra

Acta n.º 52 – Sessão Extraordinária em Janeiro – realizada em 20-01-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor, três abstenções, e zero votos contra

De seguida, o Segundo Secretário da Mesa⁰⁰⁴ fez a apresentação e leitura de um Voto de Pesar, subscrito por todos os Grupos Municipais, pelo falecimento de António Nogueira Leite, Pai do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do seguinte teor:

«Nascido a 31 de janeiro de 1929, no lugar de Quintãs, freguesia de Oliveirinha, Aveiro, António Nogueira Leite completou a então designada instrução primária nessa freguesia, daí transitando para a frequência dos cursos geral e complementar do Comércio no antigo colégio D Afonso V, na sede do concelho. Foi como contabilista nas empresas de seu pai que iniciou a sua vida profissional, assumindo a partir de 1955 a gerência da Serração do Pungué, na então província ultramarina de Moçambique. Daí regressou a Portugal em 1958, ano do seu casamento com Rita do Pranto Lisboa Nogueira Leite, de que viriam a resultar dois filhos. A partir do ano seguinte e até 1974 passou a trabalhar na então Sacor, exercendo funções de inspector (financeiro) e, após a fusão daquela empresa na Petrogal, continuou aí a exercer funções até 1990, ano em que se aposentou como Director financeiro-Norte.

Ao longo da sua vida, António Nogueira Leite foi um cidadão sempre empenhado no porvir da sua terra, tendo, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, integrado a primeira geração de autarcas eleitos em dezembro de 1976, oferecendo o seu contributo cívico para o épico processo de construção de um poder local livre e democrático em Aveiro, assumindo o cargo de tesoureiro da Junta de Freguesia de Oliveirinha.

Foi ainda fundador da ARCO (associação recreativa e cultural de Oliveirinha), instituição de relevante mérito cultural do nosso concelho, de que veio a ser, aliás, presidente na década de 70.

Católico convicto, lideraria, mais tarde, o processo da construção da nova Igreja de Quintãs e assumiria, ainda, conjuntamente com alguns amigos, a reconstrução da chamada capela velha de Quintãs. Foi este o seu último acto público de cidadania. António Nogueira Leite faleceu a 12 de outubro de 2016.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 17 de fevereiro de 2017, expressa o seu pesar pela morte de António Nogueira Leite e endereça a toda a sua família, nomeadamente ao seu filho António - membro eleito desta Assembleia e seu Presidente - , as mais sentidas condolências.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa:⁰⁰⁵

“Tenho de agradecer a todos, rigorosamente a todas e a todos, este voto. Os de nós que já perderam os seus pais (e já são alguns) enfim, é um momento irrecuperável. Portanto agradeço a todos a solidariedade. Muito obrigado.”

(Entretanto entraram na sala os Vogais, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Gonçalo Nuno Caetano Alves e Henrique da Rocha Vieira)

Presidente da Mesa:⁰⁰⁶

“Antes de iniciar os trabalhos há um outro ponto, que é agradecer à União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, a publicação do livro que foi oferecido a todos os membros desta Assembleia, sobre dois aveirenses ilustres, o cantor Zeca Afonso e o radialista Fernando Peça, ambos figuras que tiveram um impacto muito para além da terra que os viu nascer e julgo eu que todos nós muito orgulhosos de os termos como nossos conterrâneos.”

Continuado, o Presidente da Mesa,⁰⁰⁷ nos termos regimentais, deu início ao *Período de Antes da Ordem-do-Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, senhores deputados municipais e demais presentes. Começava por agradecer à Junta de Freguesia da União de Freguesias, na pessoa do seu Presidente, a oferta que nos fez bem, bem como enviar uma natural saudação ao autor da obra pelo seu empenho na dignificação de dois ilustres conterrâneos nossos não presentes já fisicamente.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados municipais, a evolução da situação da política internacional e os recentes e previsíveis desenvolvimentos na União Europeia associados a outros fatores externos têm de ser olhados na sua plena dimensão e repercussões no plano nacional. A tomada de posse da nova administração americana e as suas implicações políticas económicas e comerciais ainda imprevisíveis. A saída do Reino Unido da União Europeia e as novas regras de financiamento anunciadas pelo BCE, os fatores de instabilidade e guerra persistentes em vários países do mundo, não colocam pouca incerteza sobre os seus desenvolvimentos e consequências.

A situação que o país conheceu nesta nova fase da política nacional, passos dados na defesa e reposição e conquista de direitos. Contudo este facto com o significado que assume não ilude entretanto as limitações que impedem que se vá mais longe quer na resposta a aspirações e direitos, quer indispensável rotura com os constrangimentos que estão na origem dos problemas estruturais que afetam o país. A problemas acumulados por décadas de políticas de direita somaram-se as consequências de políticas de destruição do governo do PSD/CDS e do pacto de agressão subscrito por estes partidos e o PS, com o FMI, Comissão Europeia e o BCE. Fragilização da actividade produtiva, desinvestimento em áreas essenciais do estado, destruição e entrega de empresas estratégicas, favorecimento da especulação financeira e da banca, acompanhada do enfraquecimento da CGD e subserviência externa.

Portugal foi arrastado para uma situação que compromete o seu futuro. Não é possível iludir a vulnerabilidade de Portugal face a fatores de conjuntura externa que não determina nem está preparado para enfrentar. Variáveis da cotação do petróleo, da cotação do euro e do dólar ou das pressões de abastecimento alimentar e energético tendem sobre o país como ameaça. Desprovido de soberania monetária e totalmente dependente das opções do BCE e da chantagem de agências de notação. Portugal está não só dependente do exterior como condenado do seu direito inalienável ao desenvolvimento soberano e de progresso social.

A última emissão de dívida pública portuguesa a dez anos, a taxa de juros foi superior a 4%. Associados às pressões do Eurogrupo e das pressões da OCDE, das chamadas

reformas estruturais e de exigências de maior consolidação orçamental provam a impossibilidade de defender os interesses de Portugal sem enfrentar a questão da dívida e do euro. É uma perigosa ilusão pensar que face à crescida instabilidade no euro e no plano internacional os interesses internacionais defendem no quadro do reforço da EU.

Num quadro em que se agrava incerteza e instabilidade não haverá solidariedade (que nunca existiu) nem haverá qualquer fator de apoio. O que teremos é a EU ao serviço das suas principais potências no quadro de disputa e negociações internacionais a ignorar e desvalorizar e sacrificar os interesses de Portugal.

Como o PCP tem insistido o problema do país não é de um défice repetidamente usado, para impor redução da despesa pública, a limitação e ataque a direitos sociais e a salários e rendimentos, mas sim de uma dívida insustentável que reduz investimento e consome recursos e riqueza nacionais. O País não tem de se sujeitar a mais brutais medidas de consolidação orçamental que atrofiam o seu desenvolvimento. Portugal, excluídos os juros da dívida, dispõe já hoje um saldo orçamental primário superior a 4 mil milhões de euros. Como o PCP tem insistido, o que o país precisa é de se libertar da submissão ao euro e recuperar a sua soberania monetária para adotar uma política que corresponda decididamente aos problemas de produção nacional e de produção de emprego e de investimento público.

Senhor Presidente, aproximo-me do fim. O PCP valoriza os avanços e conquistas alcançados inseparáveis da contribuição e da iniciática do PCP. Avanços e conquistas cuja concretização só foi possível com a ação e a luta dos trabalhadores e a intervenção do PCP. Avanços e conquistas que só tornaram públicas numa correlação de forças em que o PS não dispõe de um governo maioritário. O PCP prosseguirá a sal intervenção determinada, o seu compromisso com os trabalhadores e o país, tendo presente as necessidades de dar resposta às suas aspirações e direitos, não iludindo limitações constrangimentos e contradições resultantes das opções e orientações do governo do PS. Assim propomos o lançamento de um amplo debate sobre a produção nacional e o seu aumento, nomeadamente para garantir a soberania alimentar e energética enquanto condição de independência económica e promoção de emprego. A promoção da ação da libertação do país e da submissão ao euro. A inscrição como objetivos inadiáveis a valorização do trabalho e dos trabalhadores com a progressão do aumento do salário mínimo nacional para 600 euros e o aumento geral dos salários, regularização dos contratos precários, redução do horário de trabalho, pela defesa de direitos e a defesa e atualização da contratação coletiva, da atualização do Código do trabalho e da legislação laboral da administração pública, com a revogação das normas gravosas. A afirmação de uma política de defesa, não submetida a objetivos de estratégias da NATO e da militarização da EU no quadro de uma política externa de diversificação de relações económicas e diplomáticas baseada na cooperação e na paz. Tenho dito.”

Presidente da Mesa:[009](#)

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Senhor Presidente, ultrapassadas as décadas onde vimos implementada a precariedade, percebemos que tem adquirido formas cada vez mais agressivas na forma como são aplicadas. Se começaram por haver recibos verdes logo se estendeu a estágios não remunerados, aos contratos de emprego de inserção, e o mais recente, trabalho à jorna nas praças digitais (empresas de trabalho temporário como também são conhecidas). São dezenas de milhar de pessoas que todos os dias desempenham todo tipo de funções indispensáveis ao funcionamento dos serviços sejam públicos ou privados, sem qualquer vínculo reconhecido, direitos ou proteção social que lhes é devida. Mas finalmente irão

ver erguida a sua voz pela primeira vez em muitos anos – é um processo que pode começar a inverter-se.

O Bloco de Esquerda está neste combate da precariedade. Combater a precariedade é lutar pelos direitos de todos e todas as trabalhadoras, começando pelo empregador que mais deveria dar o exemplo — o Estado.

O acordo de princípio do diagnóstico de reconhecimento dos precários do estado e sector empresarial do estado é um passo na direção certa. Permite o combate político de todos e todas que vejam na precariedade um modelo a eliminar tanto no sector publico como no sector privado. Está a ser feito pelo Estado e deve estender-se aos privados, mas também às autarquias e aos autarcas que a elas presidem.

Está no caminho certo o Presidente da ANMP quando declara que apoia a integração dos precários. E é neste contexto que temos de perguntar, e então onde fica Aveiro? Porque até agora tem sido o exemplo pelos piores motivos. Há umas semanas atrás assistimos nesta Assembleia Municipal à Delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Nesse debate foi levantado por vários presidentes de junta a questão dos recursos humanos. Na altura o Bloco de Esquerda frisou, recursos humanos implicam orçamentos e dotações plurianuais a quais a Câmara não se predispõe a fazer. E na altura alertamos que não havia essa dotação plurianual e sendo necessários recursos humanos que isso não fosse terminar em contratos de emprego de inserção.

Meu dito meu feito, as juntas no município de Aveiro estão a usar trabalho não remunerado através dos contratos de emprego de inserção.

Sabemos agora que várias juntas o fazem. No caso de Aradas quinze trabalhadores estão em situação contratos de emprego de inserção. Trabalhadores que ocupam rotativamente postos de trabalho permanente, outros que não desempenham quaisquer funções, outros que desempenham funções sem formação adequada e sem equipamento de proteção adequado.

Curioso foi que depois do comunicado do Bloco de Esquerda, finalmente o equipamento de proteção deu sinais de vida e foi distribuído na respetiva junta. Esta situação dá razão á posição do Bloco, que é eliminar qualquer contrato de emprego de inserção. A exigência perante o governo é esta: não pode existir trabalho onde não exista um salário, onde não exista um contrato.

É inconcebível que as políticas públicas, promovam a precariedade e forcem as pessoas a trabalhar nestas condições, sem um posto de trabalho, sem um contrato, e sem um salário.

O Bloco de Esquerda está a desenvolver trabalho sobre a precariedade e contra a precariedade. E sabemos que é possível erradicar a precariedade do nosso país. É possível acabar com este abuso e iremos prosseguir e persistir nesse caminho. Disse.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) [011](#)

Vogal Carlos Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite a todos. Eu neste período de antes da ordem do dia apenas queria referir algumas situações a nível nacional (mais até distrital), de algumas situações que se estão a passar no nosso distrito que acho que é de louvar. Estou-me a referir ao movimento que se está a formar para se ter atenção à linha do Vouga e à reativação da linha do Vouga. Os nossos deputados do CDS andam realmente a fazer uma ação bastante salutar para essa situação, para que a linha do Vouga seja reativada no troço Espinho São João da Madeira. Portanto acho que é uma situação importante de criarmos ali um meio de transporte e penso que a própria CIRA está interessada nesta situação, embora os custos

sejam realmente elevadíssimos, mas penso que é uma forma de tentarmos reativar alguma situação que realmente faz falta à população do distrito de Aveiro.

Outra situação que eu queria também louvar é eu que já tenho os meus sessenta anos e há quarenta anos que me interessa por estas coisas das dragagens da Ria e finalmente foi posto a concurso a dragagem da Ria de Aveiro.

Talvez não aquilo que a gente queira, mas pelo menos é um princípio que se faz. Acho que é um princípio de louvar embora muito problemático tanto para as gentes da Ria como para quem ordena essas situações e também os custos que isso vai levar e os problemas que daí irão advir. Mas enfim, é uma ação de louvar e é uma ação que todos nós podemos apoiar e nosso município também, que tantos quilómetros de Ria temos à nossa volta.

E para não prolongar mais estas pequenas situações que eu gostava de falar, também queria congratular-me por hoje ter saído uma notícia de união de alguns municípios pertencentes da CIRA e do distrito de Aveiro para tentar reativar a nossa construção de embarcações em madeira tradicionais. Nomeadamente os municípios de Ovar, Estarreja e Murtosa, que estão realmente interessados na nossa tradição de construção de barcos em madeira surja para a frente e que penso na nossa laguna terá muito desenvolvimento e assim terá uma forma de renascer não só turisticamente, mas até mesmo para laborar na nossa própria laguna com outro tipo de equipamento e com outro tipo de atividades. Uma outra situação, mas que noutra ponto falarei, é o nosso PAM que acho que é um feito nacional e portanto finalmente conseguimos que o nosso PAM fosse aprovado, mas no próximo ponto falarei sobre o assunto. Muito o brigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados, Exma. Câmara, queria começar por agradecer naturalmente à Junta de Freguesia da Glória e Vera Cruz, esta obra com que fomos aqui todos presenteados. Zeca Afonso e Fernando Peça são dois Aveirenses de ilustres, se a memória não me atraiçoa um é cagaréu e outro ceboleiro. Isto pelo que já estive a ver não é um exercício bibliográfico, mas sim uma compilação de documentos e de alguns factos, e é um trabalho meritório que enriquece em muito o nosso acervo aveirense e portanto, é com alegria que lhe queria dar os parabéns na pessoa do Senhor Presidente da Junta, Senhor Fernando Marques, transmitindo-os também ao autor.

Os dois assuntos que queria trazer aqui para o período de antes da ordem do dia, são alguns que já aqui foram aflorados e outros que serão aflorados no decurso dos nossos trabalhos. O primeiro prende-se com o índice de transparência municipal.

Nós vimos na comunicação social e nas redes sociais o brado e o ruído que é feito à volta deste ranking. E importa por isso, provavelmente, debruçarmo-nos um pouco com mais profundidade sobre o que ele nos transmite e aquilo que nos quer dizer e o que mede.

Este índice de transparência municipal é uma análise da informação que está disponível aos cidadãos nos sites das Câmaras Municipais. É disto que se trata e não de outras coisas que foram já ditas e que foram erradamente escritas. E para o efeito, foram usados uma série de indicadores (setenta e seis indicadores) que foram elaborados por pessoas que são investigadores e professores universitários de renome. Um conjunto de personalidades ligados à Universidade, que eu conheço pessoalmente e conheço o seu trabalho. Portanto do ponto de vista científico e académico eu estou absolutamente descansado em relação à seriedade com que esta análise é feita.

Dito isto. O município de Aveiro desceu de um ano para o outro desceu do lugar 205 para o lugar 286!? Acho que não é bom. Acho que é mau.

Acho que é mau no sentido primeiro de que estamos a falar do site da Câmara e da informação que é disponibilizada aos cidadãos e não de outras coisas, como já ouvi.

Eu acho que o site da Câmara Municipal de Aveiro é mau. De facto não é funcional. É pouco amigável aos cidadãos, não é intuitivo, a informação está um pouco atabalhoada e de facto não é um site que o município de Aveiro mereça ter.

E portanto era um trabalho que já devia ter sido feito e revisto já há bastante tempo. Até porque muitos sites de municípios que conheço têm funcionalidades que hoje são fundamentais para o bom relacionamento das entidades públicas para com os cidadãos, para a clareza da informação que é prestada e em certa medida, nesta medida, para a transparência da relação dos eleitos com os eleitores, dos munícipes com o governo municipal.

E portanto, dizer-se só que o município não é transparente ponto final, não é fazer política com seriedade.

Dizer-se que, a informação que está disponibilizada no site da Câmara de Aveiro, situação que já devia ter sido revista há longo tempo, que já devia estar alterada, é fazer política do nosso ponto de vista com seriedade. E por isso, eu não gostaria de ter visto Aveiro descer ainda mais neste ranking. Fica mal Câmara ter ficado nesta posição e portanto o que se pede é que esta situação seja rapidamente revista.

Segunda questão. Tem a ver com os transportes públicos. E eu em relação a esta matéria queria recordar à Assembleia que à pouco menos de um ano o PS se debruçou sobre esta matéria da concessão e de como ela iria ser feita, pela voz do meu colega Francisco Picado, se estariam acauteladas ou não todas as premissas para mantermos um bom serviço de transportes em Aveiro. Recordo que (e já estamos há 12 anos com uma coligação PSD/CDS a tomar conta da Câmara e também da MoveAveiro) os serviços públicos se têm vindo a depauperar paulatinamente ao longo dos anos. Por muitas questões que aliás foram aqui elencadas ao longo do tempo – estarão recordados seguramente delas. Mas a degradação do serviço, feita propositadamente, pelo anterior executivo, para dar numa concessão mal feita, temos agora que o desenho de como essa concessão foi elaborado, nos dá razão um ano depois. Há um ano questionávamos como é que isso se iria processar se estariam acauteladas todas as premissas para evoluirmos para um serviço que tivesse mais qualidade, e o que nos foi assegurado (até num tom jocoso) foi que obviamente estava tudo acautelado e bem estudado.

A realidade vem agora desmentir essas afirmações. E o que temos hoje é carreiras destruídas, um mau serviço público, transportes insuficientes, falta de capacidade de análise em termos mais transportes nas horas de maior pico, enfim. São linhas de gente “sempre em pé”, de gente que está sempre em filas e aos magotes nas paragens, gente que está sempre em pé, em fila e aos magotes dentro dos autocarros.

E as linhas do “sempre em pé” era uma coisa que não devia existir em Aveiro. Nós pugnamos aqui várias vezes para que se pudesses discutir com rigor e pormenor como é que essa concessão se iria processar e, portanto, das duas uma: ou o caderno de encargos e os estudos foram mal feitos e a Transdev (que é uma empresa reconhecida e experiente) faz e cumpre o caderno do contrato com exatidão e portanto ele foi mal feito. Ou então o caderno de encargos e a concessão acautelaram tudo isso e estava bem feito e a Transdev não está a cumprir o contrato.

Nas duas hipóteses a responsabilidade é da Câmara. Primeiro ou por ter feito mal o contrato e os estudos da concessão ou então, na segunda hipótese da Transdev não estar a cumprir, não está a fiscalizar com rigor e a acautelar para que essas situações não aconteçam.

E portanto, do nosso ponto de vista a Câmara andou mal, está a andar mal, e nós continuamos com filas de “sempre em pé” que deveriam ter um serviço público onde

pudessem estar sentados comodamente — que foi aquilo que foi prometido e não está a ser cumprido. Disse.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁴

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Senhor Presidente, apenas para registar o início da campanha eleitoral. Estamos perfeitamente a tempo. E certamente teremos respostas adequadas para ela no momento próprio.

E deixem-me só mais uma vez manifestar a minha satisfação por verificar que “ilustres” pessoas aveirenses neste momento usam os transportes públicos — que era uma coisa de que eu não tinha conhecimento. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Duas ou três notas neste período. Há duas ou três questões que vou tratar já embora elas pudessem ser tratadas no ponto correspondente à nossa actividade, mas trato já.

A primeira tem a ver com as questões que a Rita Batista partilhou connosco sobre a precariedade, deixando claro uma coisa que disse e que é grave e que não é verdade. O trabalho dos seis é remunerado, as pessoas têm um ordenado. Portanto, não há seis a trabalhar de borla. A sua expressão foi clara: trabalho não remunerado.

Rita Batista, podemos achar que é pouco dinheiro ou muito dinheiro (mas isso é outra conversa, mas é trabalho remunerado.

Segundo, é um mecanismo legal que muitas entidades públicas e privadas usam em Portugal. Nós concordamos com o programa, ele já teve vários formatos e vários nomes ao longo dos sucessivos governos e que o têm mantido, na nossa opinião bem. Agora, está na sua mão acordar com o Partido Socialista e com o Partido Comunista acabar com o programa. Quem governa é quem manda e, portanto, se acham que está mal acabem com o programa e acabando com o programa já ninguém pode contratar seis. É particularmente fácil de resolver a questão, não vale a pena é a demagogia e dizer coisas que são falsas como dizer que aquelas pessoas não têm remuneração. Têm remuneração, sim senhor; todas têm remuneração, como não podia deixar de ser cumprindo-se as regras do próprio programa que é conhecido e que é público. Dar-lhe nota que esta é uma realidade e há também uma outra ao lado. É, para nós Câmara um problema, nós temos dois SEIS, para as nossas Juntas de Freguesia e para outras entidades públicas. Hoje, face ao mecanismo legal da contratação pública, um concurso de pessoal é um calvário administrativo incrível, perfeitamente dispensável e demoradíssimo. Em muitas tipologias de funções que precisamos para as nossas instituições pelo concurso público não conseguimos arranjar quem venha trabalhar. Cabe a quem está atualmente no Governo resolver este problema que não é novo mas que é um problema que todos temos na nossa mão e que é um impedimento a que seja usado o tal mecanismo que permite às pessoas e às entidades ter uma relação estável e sólida mas que, de facto, não é possível no quadro legal que temos e também da tipologia de ordenados. Qual é muitas vezes a solução? É comprarmos aquelas coisas que o Bloco de Esquerda não gosta, comprarmos prestação de serviços de empresas privadas porque aí é possível. Se formos para a contratação, além do calvário administrativo e do tempo, chegamos ao fim dos concursos e para muitas das funções que precisamos não temos gente disponível, nas condições que a lei nos manda. Também é bom lembrar-lhe que não é a Câmara nem são as Juntas de Freguesia que decidem as condições de contratação, é a lei do país. O Poder Local, em Portugal, não tem autonomia de decidir quanto é que as pessoas

ganham, quais são as qualificações académicas para a função A ou B; isso está na lei geral. É também a quem governa e à maioria parlamentar que sustenta o Governo que cabe alterar este estado de coisas.

Dizer que em relação à declaração do Presidente da ANMP e o que pensa a Câmara de Aveiro, o Presidente da Câmara de Aveiro revê-se completamente na declaração do seu presidente da ANMP. Completamente. Há um pequeno grande problema: como é que isto se faz? Aliás, veja que os próprios três partidos da maioria parlamentar, é verdade que por iniciativa do Bloco de Esquerda nos últimos tempos, fazem todos hossanas desta ideia de acabar com os precários em Portugal, andam num problema, também com exposição pública, porque não sabem como. Com o Partido Socialista a lembrar que no quadro legal em vigor não é possível fazer isso sem recorrer à contratação pública. Não é possível. E chegámos à contradição. Se temos que ir pela contratação pública ela tem que ser aberta e franca, se quer ser séria, não é possível passar linearmente os precários. Repito o que já aqui falámos e que tem a ver com as nossas empresas municipais. Nós discordamos completamente que pessoas com cinco anos, com dez anos, com vinte anos de trabalho numa empresa municipal, com vínculo à empresa, empresa que ao abrigo da Lei 50/2012 temos que extinguir nós discordamos que por uma avaliação da própria Câmara e dona da Empresa Municipal nós não possamos transferir essas pessoas diretamente para o quadro da Câmara Municipal. Discordamos completamente disto. Há um pequeno problema... é que a lei concorda com isto, foi a lei que o determinou. A actual maioria parlamentar em relação a isto não fez nada.

Portanto Rita Batista, a questão é que concordamos com várias das questões que diz, mas é preciso que isso seja consequente. Em relação aos tais ACIPs como é que a gente fez? Acordo de cedência de interesse público.

Agora essas pessoas todas vão a concurso público. E o que é que o ACIP lhes dá? Dá-lhes apenas a possibilidade legal de virem ao concurso, se não nem sequer podiam vir ao concurso porque não têm vínculo público. Agora, no concurso como gente séria que somos, os colegas que estão no júri, nós todos que estamos no júri, fazemos o quê? Contratamos os ACIPs ou contratamos as melhores pessoas que estão no concurso? Acho que toda a gente concorda que temos que contratar as melhores pessoas que estão no concurso. Seguramente que haverá concursos em que as melhores pessoas, ou pelo menos algumas das melhores, não são pessoas que têm ACIP — mas é isto o quadro legal Rita Batista. Penso que há aqui um espaço de concordância consigo mas há também um espaço que é pura demagogia de quem tem responsabilidades de legislar, porque aqui estamos em sede de Assembleia da República, estamos a falar de Leis, tem que resolver esta questão porque nós não temos hipótese dos nosso precários vinculados às nossas empresas municipais de fazermos aquilo que nós queríamos. Com toda a lealdade dizer que o A e o B ficam porque são bons e queremos-los cá e o C e o D não ficam porque não são bons e não os queremos. Com toda a liberdade e lealdade. Há um pequeno problema... não temos essa possibilidade legal. Portanto, é um encanto ouvir certas coisas mas depois é preciso ser consequente com a prática legislativa para que, de facto, nós possamos ter os instrumentos que permitam fazer assim.

Em relação aos bombeiros, Dr. Jorge Nascimento, nós achamos que é importante o momento. Foi o terceiro ano consecutivo que fizemos esse momento mas o Sr. só reparou este ano. Já o fizemos há um ano, fizemos há dois anos mas o Senhor só reparou agora porque anda excitado com as eleições. A gente respeita a sua excitação, é a vida. É um momento digno, achamos que a importância do que está em causa é relevante e se fizessemos isto nas escondidinhas é que podia ser mal interpretado pelas pessoas. Não esteve presente, pareceu-me também muito mal informado pelo aquilo que lá aconteceu porque, de facto, quando o Presidente da Direcção dos Bombeiros Novos falou do

problema do financiamento e lembrou, como nota sumária, um estudo feito pela Federação de Bombeiros do Distrito de Aveiro sobre o financiamento, que eu aproveitei, quando chegou a minha vez de intervir, para dizer que, de facto, é um problema nacional, não é um problema de Aveiro. O que aconteceu há dois anos entre a Liga dos Bombeiros Portugueses e o Governo foi errado porque se deixaram os municípios de fora e exortei, assumindo a responsabilidade pela ANMP, o Governo do país e a Liga dos Bombeiros Portugueses a negociarmos, estudarmos e a fazermos um acordo de financiamento aos nosso Bombeiros que seja estável, coerente, dando um exemplo. O Município de Aveiro tem participar compra de viaturas, por exemplo, de combate a incêndios florestais quando noventa e cinco por cento das ocorrências das nossas duas corporações são fora do município? Obviamente que a resposta é clara de mais... não. É o mecanismo nacional, que existe e que funciona, gerido pela a Autoridade Nacional de Protecção Civil que o tem que fazer. Aquilo que surgiu, levantada pela intervenção corretíssima do presidente Albuquerque Pinto, foi isto, e que eu no encalço dele, e bem, exortei, mais uma vez, porque há dois anos não convencemos o Governo anterior, nem a Liga dos Bombeiros Portugueses, presidida pelo meu ex-colega presidente da Câmara, de então, de Poiares, Jaime Marta Soares, a fazermos aquilo que era necessário fazer: um acordo entre as três partes. Está tudo claro entre todos, que o financiamento destas corporações têm de vir das três fontes: Orçamento do Estado, Municípios e Bombeiros, sabendo que há um erro naquilo que disse. A Câmara de Aveiro e as Câmaras portuguesas, nenhuma é obrigada a financiar associações privadas. Nenhuma. É uma decisão política, livre, que tomamos. Não há obrigação legal nenhuma. Obrigação moral, ética, operacional, política, é outra conversa — legal, nada.

Mas eu acho que até nos devíamos vincular legalmente, assim como os bombeiros se devem vincular a um quadro base de tipologia de equipamentos consoante a sua realidade.

Não é o caso de Aveiro, mas este país está cheio de exemplos de corporações de bombeiros equipadas de forma completamente desproporcionada às suas próprias necessidades. Foi este o momento de reflexão pública, franca, entre gente empenhada neste processo, com responsabilidades a outro nível, a Federação Distrital dos Bombeiros e a Associação Nacional de Municípios, que trocámos na lealdade de quem quer corrigir erros. E dêmos um exemplo de um erro. Para que é que o Instituto Nacional de Emergência Médica anda a fazer concorrência aos nossos bombeiros a ver quem é que chega mais rápido a um acidente.

Ainda há dias um pessoa teve que chamar o INEM e quando lá chegou o INEM era preciso um outro meio que o INEM não tinha, o INEM teve que chamar quem tem o meio, os bombeiros, no caso os Bombeiros Velhos, que estavam a trinta metros da ocorrência e quando o meio chegou já não chegou a tempo.

Não quero dizer que se chegasse a tempo tinha resolvido o problema, não vale a pena dramatizar. Mas o ridículo disto é que nós temos em Portugal uma “corporação de bombeiros” no Estado, paga pelo dinheiro de todos nós, a fazer concorrência aos nossos Bombeiros que também são financiados, indiretamente pelo Estado. Isto não tem pés nem cabeça. E isto não é só um problema em Aveiro com a nossa ambulância residente ou ancorada no Centro Hospitalar; é um problema nacional. Está aqui um desperdício. Aveiro precisa daquela ambulância? Nada de nada, zero. Levem a ambulância daqui e o que ela custa, ela e os recursos humanos que a operam, deem o dinheiro às nossas corporações de bombeiros. Um exemplo de desvario financeiro nesta matéria.

Portanto, Sr. Dr., foi à volta disto, num acto nobre, digno, de duas instituições da maior importância e o único acto de apoio às associações que podemos praticar sem PAM, porque está em causa a prestação de serviços públicos essenciais. Se para o ano cá

estivermos faremos sessão à mesma e o Sr. Dr. está desde já convidado, seja nosso colega autarca ou não, para viver connosco um momento que é muito digno e que também dignifica aqueles que são os prestadores do serviço, profissionais uns, voluntários outros, e que nós também devemos cuidar destes momentos mais formais de lhes agradecermos todo o trabalho que fazem por nós.

Quanto à questão do índice de transparência dizer-vos só o seguinte. É uma matéria que a ANMP está a tratar com todo o cuidado porque a Câmara do Presidente da ANMP e do do primeiro vice-Presidente estão muito mal classificadas e, portanto, temos que tratar disto com todo o cuidado na ANMP para não sair que é pelos dois presidentes estarem muito zangadinhos por estarem mal classificados e vão usar a ANMP para zurzir no índice.

As pessoas do Índice são todas respeitáveis, mas exorto todos a conhecerem a Associação. Uma associação com sede em Lisboa de duas dúzias de pessoas! Consultem o site, informem-se sobre o que é isto. Não é “os meus amigos” estão lá os meus amigos e que é gente de boa e de confiança. Não. O que é isto e quem é esta Instituição, que competências têm, que credibilidade tem, para fazerem avaliações de transparência de municípios. Esperem aí. Ainda há dias em reunião com o Sr. Ministro-adjunto dissemos, o Tribunal de Contas, a Inspeção-geral das Finanças, a Direcção-Geral da Administração Local... vamos lá criar um índice de transparência a sério, de uma entidade pública, credível, passível de ser auditada. Vão lá ver de quem são as fontes de receita dessa associação. Faz favor de verem primeiro. Eu já sei, mas façam favor de verificarem — mas não telefonem aos amigos, vão ver as fontes independentes. É preciso cuidado.

O site da Câmara Municipal de Aveiro sabemos que é mau. O que o Marques Pereira disse é verdade, nós conhecemo-lo bem, tem um conjunto de insuficiências que está ultrapassado no tempo, ficou em sexto em dois mil e treze e é exatamente o mesmo site que temos hoje. Vejam que o mesmo site que era sexto em dois mil e treze, e não é verdade que as outras duzentas e oitenta câmaras que nos ultrapassaram fizeram investimentos em sites e que nos ultrapassaram, não é verdade.

Nós desconsideramos o índice, desconsideramos a Associação e isto induz, agradeço ao Marques Pereira porque foi absolutamente rigoroso, mas as frases dos responsáveis que estão publicadas nos jornais não são rigorosas, tem interpretações erradas. Porque se transparência querer dizer qualidade de informação que está no site não tem nada a ver uma coisa com a outra. Por exemplo, e não vou falar da Câmara de Aveiro, sancionar a Câmara de Penela que ficou em último lugar, que é uma pequenina Câmara em que tudo é transparente naquela câmara é, de facto, da gente se rir à gargalhada. Isto para quem conhece a Câmara de Penela porque depois há outro problema. Eu estar em Lisboa, sentadinho no meu gabinete, seja lá em que instituição for, a mandar emails com inquéritos e a processar informação é muito fácil. Nós tomámos uma opção desde o princípio que chegámos cá. Aliás, eu na minha outra vida tomei a mesma opção: não responder aos emails. É que nem vale a pena porque, de facto, isto não é um acto sério neste sentido que induz conclusões aos cidadãos que não tem nada a ver com aquilo que se está a analisar e que é a quantidade e a qualidade de informação num site.

Mas fiquem a saber isto. O nosso site é exatamente o mesmo que estava em sexto lugar em dois mil e treze. Por isso fizemos a declaração que fizemos. Curta e tranquila. Também para não dar aquele ar de que estávamos a dizer mal porque estávamos mal classificados, não. E a ANMP está a analisar e a tomar posições muito claras, a maior parte delas não públicas, porque isto atenta contra a dignidade dos municípios. Quem é esta Associação e o seu mentor, que teve uma experiência autárquica falhada e que saiu pela porta pequena, pequenina mesma, de lado, para estar a dar lições de moral e de

transparência às Câmaras Municipais portuguesas? Vamos lá com cuidado que as matérias não são o que parecem.

Uma última nota para dizer ao Ernesto Carlos Barros para ter cuidado com as fontes de informação porque o concurso de dragagem não foi lançado, estamos cada vez mais perto, mas ainda muito longe. Estamos no calvário dos mil estudos de especialidade determinados pela avaliação de Impacto Ambiental. Estamos a gastar uma mega fortuna para cima de um vírgula seis milhões de euros que já gastámos no Polis da Ria de Aveiro para estudos e projetos. Essa luta continua, esse trabalho continua, já estava reservado dinheiro. Às vezes também se dizem coisas... o Governo anterior já tinha deixado dinheiro reservado no POSEUR que nós negociámos e o Governo actual confirmou essa dotação. Essa dotação não é nova, já estava no desenho inicial do POSEUR. Mas, caro Ernesto Barros, a luta continua e temos muito trabalho pela frente até podermos cumprir esse objetivo e que é minha profunda convicção que o cumprimos durante o ano de dois mil e dezassete, terminando todo este processo de licenciamento ambiental. Ele acaba com uma peça que é o chamado RECAP que é o trabalho do projetista para colocar o projeto de execução em conformidade com a avaliação da declaração de impacto ambiental. Portanto, é o relatório de conformidade ambiental do projeto de execução — é isso que quer dizer a expressão RECAP. É aqui que estamos e esperamos que tudo corra bem para que um dia possamos estar aqui a dizer com verdade que já foi lançado o concurso público dessa importantíssima obra.”

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 08NOV16 a 13FEV17.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa deu a palavra⁰¹⁷ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Um conjunto de notas para os dois primeiros assuntos que são os assuntos principais desta informação municipal e da atualidade da vida política da gestão autárquica do nosso município. As informações municipais, obviamente, não se medem aos palmos, nem às páginas. O período de tempo a que ela respeita é grande, foi um período muito rico, com muitas actividades em múltiplas áreas, nas mais materiais, nas imateriais. Procurámos fazer um sumário com as questões principais deste período mas nesta introdução devo centrar-me nas duas primeiras matérias. Em primeiro lugar a chegada do Visto do Programa de Ajustamento Municipal. É um momento de grande importância para o nosso Município, é um momento de grande importância para as entidades públicas e privadas nossas credoras, algumas esperam há vinte anos que nós lhes paguemos as contas que com elas contraímos de forma séria mas que depois incumprimos no seu pagamento, e, obviamente, muito importante para todos os nossos concidadãos que vão ganhar uma Câmara com mais autonomia, uma Câmara que vai deixar as restrições todas e que são muitas no que respeita à tipologia da despesa porque vamos passar a cumprir a nossa famosa Lei dos Compromissos. Este é um momento de

enorme importância que nós queríamos que tivesse acontecido à mais tempo, relembro que temos Visto um ano depois de termos tido um chumbo de Visto mas são as vicissitudes do processo. Para nós é também um momento de grande felicidade. Para nós autarcas e para os funcionários que fizeram todo este trabalho. Tenho que deixar esta nota: fomos a única Câmara das vinte e três que fez este trabalho dentro de portas. Todas as outras tiveram que investir e algumas continuam a investir muitas dezenas de milhares de euros em prestações de serviços com consultoras financeiras, com escritórios de advogados, para montar essas operações. Eu quero aqui, perante a Assembleia Municipal, deixar uma palavra de grande agradecimento, de reconhecimento, pelo profissionalismo, pelo esforço, pela dedicação dos nossos funcionários que, obviamente, por este trabalho também ficaram mais capacitados e mais competentes, é um facto, mas tiveram aqui, para que isto fosse possível, um excesso de dádiva em relação àquilo que é a normalidade e que eu tenho que registar, personificando no nosso chefe de divisão de administração geral, Dr. Carlos Dias, e na nossa chefe de divisão de apoio jurídico, Dra. Telma Pereira, o trabalho do conjunto de colegas que connosco desenvolveram este trabalho tão importante que agora chega a este momento. Há muitas tarefas ainda por cumprir. Hoje mesmo é o último dia que a lei determina para que o Fundo de Apoio Municipal transfira a primeira tranche do nosso empréstimo de assistência financeira. Também foi com muito agrado que hoje, pelas cinco e meia ou seis da tarde, recebemos a confirmação da emissão da transferência bancária da primeira tranche que esperemos que não se perca no caminho e que deverá chegar à nossa conta na próxima segunda-feira. O que me apraz registar que foi no último dia do prazo, embora isso não interesse porque era muito importante que fosse dentro do prazo. Seria muito mau, por vários motivos, que o Fundo, tendo lá o dinheiro, não tivesse cumprido o prazo. Cumpriu o prazo. Também vos comunico isto, em primeira-mão, que já temos a transferência a correr e que a teremos na próxima semana. Os actos preparatórios já começaram, tivemos uma longa reunião com a Direcção do Fundo que fez questão de fazer essa reunião cá em Aveiro. Estamos agora a tratar dos mil pormenores, a aprender como é que isto se faz para passarmos a esta nova fase com um compromisso claro: queremos que cada tranche que chega saia rapidamente das nossas contas. O dinheiro não é para ficar na conta, o dinheiro é para passar pela nossa conta e ir o mais rapidamente que o procedimento administrativo permita para as contas dos nossos credores. Esta primeira tranche é mais robusta, é cerca de metade do valor total, porque estão dentro os dez vírgula cinco milhões do ATU e os cerca de trinta milhões dos empréstimos bancários com a Caixa Geral de Depósitos e com o BPI e que por determinação do Tribunal de Contas têm que ser pagos e encerrados com a primeira tranche. É por este motivo que ela tem uma dimensão financeira muito maior que as outras cinco tranches que vamos ter nos próximos cinco trimestres. Este é um momento de grande importância, dizer-vos com clareza de grande alegria, felicidade, motivação, porque foi um trabalho muito duro, muito exigente e que marca, de facto e de direito, a partida da nossa Câmara Municipal para uma nova etapa, não só para nós mas para tanta gente e tantas instituições, as nossas Juntas de Freguesia, as nossas IPSS's, tanta gente que anda à nossa espera há tanto tempo por nós não termos sido honrados com eles quando eles foram honrados connosco. Portanto, este tem que ser um momento importante de felicidade que também marcará o fim de vida de uma Câmara Municipal que anda há anos de mais neste caminho errado de ter construído uma dívida absurda, completamente desproporcionada à sua capacidade de a gerir. Obviamente que depois de ter feito essa asneira gravíssima e que está na origem de tudo não foi capaz de ter posto esse desvario na ordem. Fica a garantia absoluta que vamos pôr o desvario na ordem, somando àquilo que já fizemos que foi o abatimento de quarenta e cinco milhões

de euros em três anos, o que é notável, esta componente que nos faltava do Programa de Ajustamento Municipal.

Uma segunda referência para a temática dos transportes. Seguramente voltaremos a ela no debate, nomeadamente já tivemos uma intervenção e teremos outras. A nossa operação começou mal, tivemos muitos problemas. As duas primeiras semanas foram semanas, enfim, vou ser exagerado, com todos os problemas possíveis. Mas ao longo da operação fomos, em primeiro lugar o nosso concessionário e nós próprios, entidade concedente, colocando tudo na devida ordem. Hoje, com a sexta semana fechada, temos um funcionamento da nossa concessão tranquilo. Primeiro, hoje não há sobrelotação e gente que ficava nas paragens porque já não cabia nos autocarros. Acionámos os quatro desdobramentos nas quatro linhas onde havia esse problema, linha 1, linha 4, linha 8 e linha 10, e hoje funciona sem qualquer tipo de problema. Segundo, os atrasos. Tivemos muitos atrasos em quase todas as linhas e em quase todos os horários por um acumular de motivos: mau funcionamento e, muitas vezes, não funcionamento da bilhética o que empatava logo os motoristas no funcionamento do acesso das pessoas aos autocarros; engano nos percursos porque o tempo de formação que a maior parte dos motoristas teve foi curto de mais. Os atrasos foram dos problemas mais graves e mais recorrentes que tivemos. Hoje, não há atrasos. Pontualmente há problemas? Pois com certeza; de vez em quando há uma avaria, ainda há dias houve um problema pessoal com um motorista, em cima da hora de agarrar o autocarro e ir trabalhar, mas isso não há sistemas perfeitos nem nunca haverá. Estamos hoje num patamar positivo do funcionamento da nossa concessão. O que é que falta? Falta aquilo que nós entendemos que são ajustamentos da oferta à procura no que respeita a alguma insuficiência de oferta nalguns períodos de tempo, nomeadamente a meio da manhã e a meio da tarde, em várias linhas. Portanto, é esse tipo de trabalho que devo dizer que está terminado entre os nossos serviços, eu próprio que desde o início deste processo de avaliação estou presente em todas as reuniões, e a própria administração da empresa de igual forma. Em termos da matéria em causa estamos com o assunto fechado. Estamos a tratar das matérias de natureza legal porque o que vamos fazer tem que ter enquadramento legal no nosso contrato e também financeira porque, obviamente, os impactos financeiros têm que ter o devido enquadramento. É nesta etapa que estamos e nos próximos dias, seguramente, teremos estas questões terminadas porque temos como objetivo, está fixado e anunciado, dessas medidas de ajustamento serem implementadas a partir do próximo dia um de Março, sabendo que temos que continuar a aprender porque ainda não vivemos a primavera, não vivemos o verão, há aprendizagens para fazer. manteremos a gestão atenta deste processo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. Antes de mais e introduzindo o ponto, diria que é com alguma insatisfação que se repara que mais uma vez o Senhor Presidente de Câmara referindo-se às questões relacionadas com o FAM continua a olhar para o FAM numa perspectiva unilateral ou seja tendo em conta apenas os interesses de tesouraria e não vendo o aspecto do lado dos municípios e do imenso sacrifício que significa nos próximos 20 anos a adesão ao FAM.

Senhor Presidente de Câmara, tendo o interesse de neste ponto abordar algumas questões da MoveAveiro, mas permita-me que lhe faça um juízo sobre uma consideração que o Senhor Presidente fez na introdução a este ponto.

Foi notório o exercício de contrição e de análise crítica aquilo que foi a entrada em funcionamento da Aveirobus. A referência que fez à insuficiente formação dos motoristas, Senhor Presidente isso é absolutamente lamentável a todos títulos. Isto é, nunca se pode fazer essa consideração. As responsabilidades se as há são da Câmara Municipal de Aveiro e da Aveirobus. Tentar de alguma forma aligeirar as responsabilidades, seja de que forma for, nos motoristas, é inaceitável.

O Senhor Presidente de Câmara fez uma análise em alguns aspectos certa, daquilo que foi a entrada em funcionamento da concessão da Aveirobus. Considerando depois que os problemas estariam resolvidos ou minorados. Mas a entrada em funcionamento da perspectiva do PCP acarretou três problemas.

O primeiro prende-se com o material circulante que ao invés do está aqui descrito no boletim não são 24 autocarros novos (citei), mas sim autocarros bem mais antigos que até nem são muito modernos — basta olhar para a chapa de matrícula que se percebe que são de 2006.

Sobre as linhas dos autocarros (e aqui parcelando) nós verificámos com correção não existente que há uma redução na oferta de autocarros em diversas zonas do município com natural desconforto para os utentes. Temos horários e rotas desatualizadas ou rotas também desaparecidas como a de Vilar. Notamos ainda a escassez de frequência de autocarros em algumas zonas do concelho com importante interesse para os utentes. Note-se por exemplo a situação da freguesia de São Bernardo em que há espaços horários entre as 13:30 horas e as 16.30. Em Mamoadeiro há situação semelhante, entre as 13:30 e as 17:30 não há autocarro. Mamoadeiro passa de 18 autocarros para 6 autocarros. Considerando a rota entre Eixo e Carregal é outra que perdeu bastantes frequências. Isto são só exemplos, porque depois há verificando linha a linha há diminuições em todas.

Verificamos ainda zonas de tanta necessidade por parte das comunidades que ali habitam e trabalham, como o Hospital, Universidade de Aveiro, a partir das 22:00 horas não há autocarros.

Constatámos também que na construção dos horários, na sua edificação, não foi tida em conta o que é o real tempo de deslocação dos veículos nos seus trajetos e por isso acarretam naturais atrasos.

Senhor Presidente de Câmara a terceira questão que o PCP releva sobre a entrada em funcionamento da Aveirobus é a bilhética.

Na realidade verificámos um aumento generalizado dos preços quer ao nível do passe quer ao nível do bilhete. A verdade é que a ideia de construção de um bilhete de ida e volta com a tal marca das 24 horas, coloca a imposição de utilização (eu tenho aqui um exemplar) ou seja faz que o utente fique refém de uma condição de passagem de autocarro e que não é da sua gestão, é da empresa. Se a empresa se atrasa e passa as 24 horas chapéu ao bilhete. Senhor Presidente de Câmara isto não é um funcionamento correto. Mais, o carregamento de viagens com a obrigatoriedade de 10 de cada vez, o aparecimento agora de zonas com um preço de 2.60€, a escassez de pontos de venda que obriga a aquisição dentro do veículo atrasando ainda mais os percursos e são mais caros. Estamos a falar por exemplo de apenas dois aqui no centro de Aveiro e depois um ponto de venda apenas em cada freguesia.

Senhor Presidente aquilo que o PCP sempre considerou e avisou, sobre os perigos da desvalorização do transporte público, dos problemas que iria acarretar à vida social e económica do concelho e naturalmente aos utentes com idades escolares e outros, concretizaram-se.

E a verdade é que, seis semanas passadas, desde o início de Janeiro até hoje, independentemente de um ou outro ajuste circunstancial, o problema está muito, muito

longe de ser resolvido. E os utentes do município de Aveiro necessitam de um outro tipo de resposta. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Senhor Presidente, só ainda em relação à minha intervenção sobre precariedade, um contrato de emprego de inserção implica que uma pessoa está a trabalhar sem ter um posto de trabalho, sem ter um contrato, sem ter um salário. Eu convido o Senhor Presidente a viver um mês com a remuneração do subsídio de alimentação e de deslocação. E depois venha-me dizer se isso corresponde a trabalho remunerado. Até na altura da escravatura aos escravos era-lhes dada alimentação, água e comida. E portanto achar que ser remunerado é receber subsídio de alimentação e deslocação, achar que isso é remuneração por trabalho efetuado, temos visões muito diferentes.

Em relação à concessão dos transportes públicos. A concessão dos transportes foi errada. O Senhor Presidente disse nesta Assembleia que uma concessão era muito melhor que uma privatização porque mantinha a sua posição de gestão de controlo sobre as operações.

Pois bem então o único responsável é o Senhor Presidente pelo caos que representa esta concessão. Não serve as necessidades das pessoas! E só alguém que está dissociado da realidade, que não conhece quem usa transportes públicos todos os dias e deles necessita para chegar ao trabalho, para chegar à escola, para voltar para casa, para poder ir almoçar a casa para poupar algum dinheiro, é que pode dizer que isto são problemas circunstanciais e com solução à vista.

Cortes de horários, junção de carreiras, aumentos de preços, onde é que está a solução da gestão para estes problemas? É a completa insatisfação por parte da população. E este tema é central. O Bloco de Esquerda põe este tema como central na vida dos aveirenses. Uma comunidade sem serviço de transportes é uma comunidade que não pode funcionar. E já que gosta tanto de apelar à economia o que é que dirão neste tempo todo que houve atrasos, pessoas a chegar tarde ao trabalho, que impacte é que teve esta decisão na economia. E agora multiplique isto por meses e por anos, de pessoas que não têm hora de almoço porque não tem horário para chegar a horas. Pessoas que tem de abdicar de trabalhos porque já não tem ligação entre trajetos como por exemplo Aveiro/São Bernardo/Aradas e diga-me se os problemas estão resolvidos.

Em relação ao PAM eu devo lembrar-lhe que o PAM enunciado aqui inicialmente com um grande entusiasmo e na última Assembleia o Senhor Presidente quase não queria falar em tom normal porque tinha medo que algo acontecesse que pudesse influenciar a decisão do Tribunal de Contas. Bem, quase que dependemos de um auto de fé para que o PAM fosse uma realidade. E portanto o Bloco hoje reitera as perguntas porque os aveirenses querem ver as mesmas respondidas. Nomeadamente a revisão do regulamento das Associações.

Se é certo que o Senhor Presidente usou a dívida às Associações como um dos motivos para a necessidade do PAM, vemos agora que na receita vem descritas alterações o que implica diminuições de subsídios às Associações. Ou seja, para responder à dívida que a Câmara tem com as Associações a Câmara responde com uma diminuição dos subsídios. Ou seja são as próprias Associações a pagar a dívida que a Câmara lhes tem.

Em relação à venda de bens e serviços públicos. Como é que garante durante 20 anos um encaixe de entre 7.1 e 8.8 mil milhões durante 20 anos!

Isto faz lembrar aqui o Estádio por 60 milhões no filme que se chamo plano de saneamento financeiro, que ninguém acreditou mas todos votaram e agora pedem-nos

para acreditar que durante 20 anos vamos ter numa rubrica de venda de bens e serviços 8.8 mil milhões ao ano.

Vemos também que ao longo do PAM diminui as despesas com salários e aumenta a despesa com a aquisição de bens e serviços. É uma clara substituição de trabalhadores por externalização de serviços.

Mas foi bem claro o Senhor Presidente “é uma maçada ter que fazer concursos” — as pessoas querem ter um contrato e querem ter um salário. Externalização de serviços implica sempre maiores gastos e saber que os trabalhadores não sabem em que condições trabalham. Seja a recibos verdes, seja com recurso a empresas de trabalho temporário — caímos novamente na precariedade. E isto é a pescadinha de rabo na boca. E o Senhor Presidente como decisor político tem de decidir. Ou quer trabalhadores com direitos e com proteção social ou quer trabalhadores precários a trabalhar à jorna e sem qualquer responsabilidade por parte da autarquia.

Para terminar saber exatamente quando é que o regulamento de habitação social vai ser revisto, qual é a data? E saber quando é que vão ser usados os 85 milhões (ou não) de euros do PAM e saber quanto vamos pagar de juros deste valor ou doutro valor qualquer.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²¹

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP)⁰²²

Vogal João Barbosa (PS)⁰²³

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁴

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Senhor João Barbosa, se realmente havia tanto interesse nessas pessoas virem aqui, por causa do tempo tardio em que podiam ter a palavra, acontece que amanhã é sábado e normalmente só trabalham dez por cento das pessoas. Portanto isso não é desculpa. Se os transportes são dum interesse tão grande, essas pessoas deviam fazer um sacrifício de estar cá até à meia-noite, duas três horas da manhã, como tem acontecido muitas vezes. Se o interesse era assim tão grande não têm de se desculpar por terem de esperar.

Em relação à nossa querida deputada do Bloco de Esquerda, só lhe tenho a dizer que os transportes neste momento em vez de se calhar de como andavam dantes até à meia-noite, com o motorista sozinho a fumar o seu cigarrinho e a ouvir música, agora acaba às nove horas e está correto. Perfeitamente correto. Temos de otimizar isto tudo e contabilizar as coisas como elas hoje estão. Muito obrigado.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰²⁶

“Senhor Presidente, não permito que me tratem por “querida”. Exijo o mesmo respeito nesta Assembleia do que a qualquer outra deputada. Obrigada.”

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentos à Mesa e ao Executivo, à Assembleia, Comunicação Social e Publico. De facto este documento que temos à nossa frente é vasto quanto à capacidade de execução da Câmara Municipal de Aveiro. Não há dúvida que de facto os transportes e o FAM são as duas fatias mais importantes que estamos aqui a apreciar. E eu queria falar em primeiro lugar sobre os transportes. E eu queria perguntar a todos o seguinte: quando há em qualquer empresa, não só nos transportes, mudança de gestão, quando há tentativa de mudança seja do que for, para melhorar as condições que existem e por alguma razão não agradam às pessoas, é natural que

quando é implementada uma nova gestão é natural que haja contratempos, que haja ajustes, que haja insatisfação. E não me parece que esses ajustes e essa insatisfação por parte dos utentes, seja uma boa razão para a oposição fazer aqui política – ou melhor, politiquice. Porque penso que isto são assuntos muito sérios para o debate político como forma de campanha política.

Todos já se esqueceram e se calharem os mais novos também não sabem (e se não sabem deveriam ter ido fazer alguma consulta) o que foi a criação da Move Aveiro em 2005. Todos sabem o que foi a luta sindical com o STAL. Todos sabem quantas carreiras foram propositadamente interrompidas. Quantos cidadãos foram prejudicados por alguns autocarros ficarem parados e foi a Câmara contratar autocarros privados para assegurar e não assegurou. E tudo isto foi normal que isso acontecesse porque essa mudança obviamente trouxe essa insatisfação. Trouxe essa insegurança. Trouxe desequilíbrios de horários, trouxe carreiras novas, trouxe carreiras que foram extintas. Mas todo esse processo de aí em diante foi adaptado à realidade e foi adaptado às necessidades das pessoas. Foi adaptado à capacidade da Câmara em gerir os serviços municipalizados e a MoveAveiro. Isto é um processo que tem infelizmente de acontecer.

Queria relembrar também e que muitos de vós já se esqueceram dos autocarros que paravam a meio do seu percurso, com uma idade média de vinte anos. Já se esqueceram dos milhares de contos que esta Câmara Municipal gastava à época, com a manutenção dos autocarros, com um grave problema que era a falta de peças para poder fazer a manutenção. Todos já se esqueceram das greves que foram acontecendo um pouco e demasiadas vezes pelos salários que não chegavam a horas. Havia politiquice, havia. E havia influência dos sindicatos pela negativa, havia. E portanto, todos estes passos acontecem nos transportes públicos de Aveiro. Não adianta aqui atribuir culpas a ninguém, mas foi um percurso. E atenção, a culpa não morre solteira. Os problemas surgem com a criação da MoveAveiro. Porque a Câmara à época, em 2005, gerida por Alberto Souto, não foi capaz de gerir uns transportes públicos municipais que por si só já davam prejuízo. E daí a justificação para a criação da MoveAveiro. Foi a opção tomada nessa altura, tudo bem. Mas foi uma decisão que resulta da incapacidade de gerir os transportes pela própria Câmara.

Queria também dizer que vamos para melhor. Porque a Câmara Municipal entregou os transportes a quem assume os transportes públicos como atividade profissional. Que gere as suas carreiras com toda a transparência e sobretudo procura o bem-estar dos utentes. Porque do bem-estar dos utentes depende também o futuro da própria empresa. Disse.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁸

Vogal Paulo Marques (CDS-PP)⁰²⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁰

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

“Boa noite Senhor Presidente e Senhores deputados. Não consigo resistir a dizer também alguma coisa sobre os transportes. É que cada um tem uma visão completamente diferente, sendo que o transporte público é exatamente para as pessoas que não têm capacidade e que evitam andar no seu carro particular e utilizam esse transporte. Portanto sempre foi assim. Eu lembro-me de andar na escola e não viver aqui tão perto e achava muita graça andar de autocarro. E era o máximo andar de autocarro porque ele servia nos horários. E naquela altura também vinham umas vezes com muita gente outras vezes com pouca gente. O problema que se põe é que os autocarros servem exatamente para fazer deslocar as pessoas dos sítios para os locais que interessam. Não

tem pés nem cabeça por exemplo uma pessoa querer vir ao Centro de Saúde desde Esgueira e tenha de parar no ISCA e depois fazer aquilo a pé. Como por exemplo agora os autocarros não circularem pela 25 de Abril porque o liceu na entrada congestionou o trânsito (ou circulam muito menos), não levando os miúdos para as Escolas, também não me parece a melhor coisa do mundo. Há muitos pais que não podem levar os miúdos às escolas e os miúdos têm de se deslocar e ficam muitas vezes distantes.

Isto para dizer que no fundo o que nós queremos é que os transportes sirvam de facto os aveirenses. E politiquice é aquilo que nós aqui estamos a ver e a ouvir uma vez, duas vezes e três. O Senhor Presidente de Câmara na reunião em que as pessoas lá estiveram disse-lhes que ia realmente resolver os problemas. Esperemos que realmente o faça. E que o transporte público não seja diminuído e continue a existir para bem dos interesses dos utentes. Não é uma questão de ser mais importante ou menos importante. Todas as cidades modernas gostam e tendem a desenvolver o transporte público para evitar que o transporte particular ande nas cidades. Eu penso que essa opção é a mais salutar para as pessoas.

Quanto áquilo que se passou em 2005 isso já não me interessa nada. Eu estou aqui para resolver os problemas de agora e não estar sempre a dizer coitadinhos fizeram mal e agora, não, não. Isso a mim não me interessa.

Agora queria abordar os assuntos que constam do documento da atividade municipal deste período. E dizer que na página vinte e três há um protocolo que foi feito com o estabelecimento prisional de Aveiro! Entre a Biblioteca e o Estabelecimento. Eu acho que é muito interessante mas gostaria que também aqui constasse o feedback que obtiveram desse protocolo. Se realmente as pessoas usam, se não usam, que tipo de literatura é que procuram. Se realmente conseguiram que as pessoas passassem a ler. Era muito interessante ver qual o feedback dessa situação.

As palmeiras do Rossio já vieram cá umas vezes e até me admiram que ninguém ainda tenha falado nisso. Até já foi aqui aprovado um determinado valor para tratarem do escaravelho vermelho e que realmente estraga aquelas belas palmeiras, sabendo nós que isso não é propriamente um problema aqui da cidade, mas que nos foi trazido de Espanha. Realmente aquelas palmeiras estão doentes. Mas parece que a maneira como estão a utilizar os tratamentos não está a ter efeitos ao que parece, porque deveriam quando cortam as palmeiras deviam fazê-lo mesmo por baixo, porque os ditos escaravelhos continuam dentro dos troncos (são informação que me foram dadas senhor presidente).

Vou passar agora a outra parte que costumo apreciar e que é a Divisão de Apoio Jurídico. Já uma vez falei e pedi que esta informação, eu tenho sérias dúvidas que sejam apenas estes os processos que existam neste momento no jurídico. Por que se por acaso são só estes então conseguiram acabar com muitos e muitos processos que estavam pendentes. Então eu gostaria de saber qual foi o resultado. Já uma vez perguntei porque se alguns processos terminaram, devem ter feito acórdão de pagamento, ganharam uns, perderam outros, mas quando se fazem acórdãos também se tem de pagar e isso é um custo para a Câmara. E portanto eu gostaria de saber isso.

Depois ao estar aqui a ver estes quadros que nos apresentam, até falei aqui com os meus colegas que são da área, é assim: estão aqui treze processos administrativos com vinte oito tramitações. Vinte oito tramitações é quando se faz alguma coisa no processo. Não estou a perceber muito bem o que seja isto. Mas o mais estranho ainda é no contencioso interno é aparecer aqui fiscal zero, com cinco tramitações!? Então há cinco tramitações e não existe processo? É estranho.

Eu continuo a afirmar que a maneira como está apresentado não é a melhor. O que deveriam era elencar os processos que aqui têm para nos percebermos qual o andamento destas situações. E para já é tudo.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰³²

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³³

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas. No seguimento do exposto na Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, como Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana venho enaltecer o arrojo e a vontade demonstrada pelo Presidente da Câmara e o seu executivo, nas alterações de ordenamento de trânsito ocorridas em Santa Joana. Aliás, como saberão, algumas das vias de comunicação possuem uma malha com uma trama de arruamentos na sua maioria com perfis e larguras insuficientes e condicionadas, para albergar com conforto e segurança a circulação pedonal e de bicicletas. E tendo em conta o congestionamento quando da realização de funerais designadamente na Rua de São Brás e no caso da escola Primária na Rua Nova do Viso, em boa hora foram levadas a cabo as alterações nestas vias visando assegurar uma maior fluidez no tráfego e a segurança dos peões. Esta medida executada pela Câmara Municipal com o total apoio da Junta de Freguesia, é uma medida há muito tempo requisitada pela população local que viam nestas duas vias problemas de congestionamento do tráfego rodoviário de Santa Joana. Sendo ainda importante recordar que estas alterações foram em épocas anteriores levadas ao conhecimento público e à apreciação da assembleia de freguesia. Assim com a implementação desta medida consideramos que foi dado um passo importante na mobilidade dos nossos cidadãos e acima de tudo no desenvolvimento da nossa freguesia e das gentes que aí vivem. Muito obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰³⁴

“Uma saudação à Mesa, ao Executivo e à Assembleia em geral. Hoje estamos aqui a discutir neste ponto a comunicação escrita da atividade municipal. E de facto à pouco ouvia aqui da nossa bancada do meu lado direito ‘finalmente chegou o PAM’ que foi problema de longos anos. E de facto é que foi um problema de longos anos. E finalmente alguém resolveu o problema. De facto chegou perto das eleições para muita pena nossa. Pena por parte da Câmara e das Juntas de Freguesia que estiveram três anos apertados. Eu diria ‘apertadinhos’. Foram três anos de uma luta diária, mas com uma colaboração extrema entre o executivo da Câmara e as Juntas de Freguesia. Porque eramos nós que estávamos (e é essa a nossa função) no terreno a viver as dificuldades dos cidadãos. Esses municípios que foram onerados com impostos, mas não foi porque este executivo quis. Eu recordo que a lei obrigava. E também recordo que mesmo assim não se deixou de fazer serviço. Hoje temos o concelho quase todo ele diferente, para melhor. De facto ainda há muito para fazer. E provavelmente Vamos ser acusados de que ‘vem as eleições’. É um facto, vem as eleições, mas eu diria que estamos em campanha desde o dia a seguir a que ganhamos as eleições. E portanto estamos perto das eleições autárquicas mas não foi culpa nossa em do executivo que o senhor presidente lidera, o Visto vir só agora. Não foi! Mas finalmente veio. E de facto finalmente vamos ter condições para poder responder aos municípios numa forma mais célere do que foi feito até agora. E por isso congratulo-me quando na comunicação escrita eu encontro informação de diversos concursos e adjudicações de pavimentação em diversas ruas e

estradas da nossa cidade e do nosso município. Essas intervenções que foram também elas acontecendo nestes momentos que tivemos ‘apertadinhos’.

Quando à pouco ouvimos que um euro de taxa turística não era muito, euro recorde que um euro de taxa turística foi alvo de uma manifestação que muitos de nós também encontramos á porta desta Assembleia quando nós aqui aprovámos. E porquê? Porque estávamos ‘apertadinhos’. Porque quando alguém perguntar a senhora votou. E votei sim senhora. Era a vida. Quando à pouco falava de 2005, falar de 2004, isso não vale nada. Mas vale falarmos nos oito anos anteriores!? Mas para trás não vale nada.

Em relação às dívidas eu recorde que foram pagas dívidas até 50 mil euros. Eram essas as dívidas pequenas. Andamos um pouco distraídos ou então andamos muito atentos a ver e a criar problemas que a politiquice às vezes leva-nos a isto.

Em relação aos transportes. A mudança traz sempre ajustes, traz sempre coisas boas e coisas que nos temos que ir adaptando. E de facto eu quero realçar essa disponibilidade por parte do executivo de receber todas as reclamações e de certa forma tentarmos resolver ou ir resolvendo o problema. Não está tudo bem é óbvio que não está tudo bem. Queremos que esteja melhor. E de facto acho que isto é um processo que estando todos de boa vontade, a empresa não tem vontade que a operação corra mal e muito menos o executivo.

Por isso deixar aqui esta nota. Finalmente chegou o PAM, um problema de longos anos e que agora com tanta gente que nesta Assembleia tanto falou sobre o PAM, agora diz finalmente chegou o PAM. Isto é ótimo de ouvir. E esperemos de facto que nas Juntas de Freguesia será uma mais-valia em termos de poder operacionalizar algumas situações que são requeridas pelos munícipes. E estamos certos que o iremos conseguir mesmo neste tempo record e provavelmente antes da pura e dura campanha eleitoral. Muito obrigado.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁵

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Boa noite a todos. Neste ponto que me apraz comentar a atividade municipal nestes três meses de excelente trabalho, temos à nossa frente um documento muito vasto e rico de execuções pelo executivo neste período.

Em ralação ao PAM, para que fique claro é obrigatório. E era necessário e era útil a este executivo. A aprovação do PAM traz credibilidade institucional à Câmara Municipal de Aveiro. É bom para os cidadãos, é bom para as associações, é bom para as juntas de freguesia e é bom para as empresas. Algumas muito pequenas mesmo que esperavam ansiosamente para regularizar estas dívidas, algumas há vinte anos.

Traz capacidade de gestão e coloca a Câmara Municipal de Aveiro dentro da lei, nomeadamente da lei dos compromissos. Está de parabéns o executivo e os seus laboriosos funcionários que com muito trabalho e tarefa árdua da aprovação do mesmo.

Quanto a pedidos de desculpas, não posso deixar de fazer um comentário à intervenção de um colega deputado. O Senhor hoje é que devia vir aqui pedir um pedido de desculpas. Porque sobre o PAM o Senhor veio aqui sempre vangloriar-se dos chumbos do PAM! Sempre que aqui vínhamos falar sobre a aprovação do mesmo vinha aqui debitar criticas ao executivo. Até escreveu um artigo no Diário de Aveiro que era PIM,PAM,PUM. Afinal onde é que essa coisa estoirou? Hoje com a provação do PAM, para bem dos aveirenses, devia aqui pedir desculpas por alguns decibéis que veio aqui debitar. Mas, enfim.

Agora veio falar dos serviços dos ‘sempre em pé’. Até sobre isso já vem tarde Senhor deputados. Tinha a coisa preparada, mas já veio tarde porque já não há ‘sempre em pés’. Já não há autocarros tipo latas de sardinha. Como o Senhor deputado sabe essa fase já passou. E fez a intervenção que fez porque anda muito fora de Aveiro e depois vem a esta casa debitar o que lhe dizem. Mas vem tarde Senhor deputado. Já não é assim os transportes em Aveiro.

Sobre os transportes. Não começaram bem claramente. Havia poucos autocarros, havia muitos clientes para os mesmos, e foi o começo. Fizeram-se as alterações com os desdobramentos dos mesmos e a afinação dos horários com as escolas para os clientes irem mais bem servidos e lembrando que os utentes são a existência dos transportes e do negócio da empresa concessionária. Melhorou claramente e hoje os passageiros não ficam à espera. Acabou os sempre em pé e os autocarros tipo latas de sardinha. Os transportes funcionam muito melhor do que funcionavam antes, com autocarros melhores que os anteriores propriedade da MoveAveiro que foram todos para a sucata para abate. Neste momento já podemos dizer que temos melhores transportes e melhores autocarros. Como constatou a líder de um partido de esquerda que fez uma visita ao nosso concelho e aos nossos transportes.

Queria também realçar que o processo de concessão foi feito sem atritos significativos com os sindicatos. Sem graves problemas com os funcionários da MoveAveiro. A todos foi aplicada a lei do nosso país. Uns passaram para a Câmara, outros foram para o concessionário, e outros saíram e foram indemnizados cumprindo-se a lei sem grandes problemas e sem nenhuma manifestação sindical.

Queria também fazer uma referência à Feira de Março deste ano. E não tanto só à deste ano. Fazer referência daquilo que foi a Feira de Março de há três anos. Aquela Feira de Março onde houve problemas, onde houve pedras jogadas na empresa, onde houve atritos, onde houve a televisão veio cá e onde a Feira de Março foi notícia não pelos bons motivos. Nessa altura lembramos que o Partido Socialista, nomeadamente o presidente da concelhia da altura, jogou gasolina para a fogueira e incendiou claramente o que se estava a passar.

Nesse ano lembro a Câmara começou a fazer espetáculos melhores, espetáculos apelativos, criou os dias do espetáculo (sexta e sábado) e criou o Domingo da família. É um dia onde não se paga e há acesso livre à Feira de Março.

Sobre como passou a ser a Feira de Março depois desse ano mau do Partido Socialista o que é que ouvimos!? Nada. Porque tudo está a correr bem. Quando estava a correr mal não ajudou nada, mas mesmo assim passou a funcionar bem. O que é que o Partido Socialista fez, nada.

Sobre alguns “erros de perceção” e sobre os “precários” gostava de dizer alguma coisinha. Atacou-se aqui a Câmara por ter alguns precários por resolver. Mas sabem quem neste momento produz mais precários? Precários mais precários daquilo que eram — é claramente o governo. O Senhor deputado não sabe então eu vou-lhe explicar. Lá nas suas andanças de “nomeado” pode tratar disso. E pode lá dizer no seu Governo que é ele que contrata mais precários. Sabe como é que foi resolvido o problema na Saúde da passagem das quarenta horas para as trinta e cinco? Sem custo, porque tinha de ser sem custos. Então o que é que foi feito na Saúde. Os Hospitais fizeram o estudo dos recursos humanos, ratearam o número de horas que precisavam, publicitaram concurso, fizeram concurso, mas pasmem-se, ninguém entrou porque não havia autorização financeira para a efetivação dessas vagas. Então o que é que foi feito nos Hospitais por não haver autorização financeira — ao abrigo dos planos de contingência da gripe contrataram pessoal. Mas não contrataram os precários a seis meses, contrataram a três meses. E agora temos nas instituições de Saúde precários a três meses! E esses é que são

precários. Se o tal autocarro se atrasar muito usam o bilhete de volta para casa. É mau demais Senhor deputado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁹

Presidente da Mesa⁰⁴⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Eu depois da intervenção do colega Manuel Prior, que penso eu pôs os pontos nos is, não digo que chamou os bois pelos nomes porque alguém pode ficar ofendido. Isto é uma Câmara com muita capacidade para se ofenderem, mas deixem-se só dizer duas ou três coisas. A primeira é que não consigo perceber alguma oposição com as suas opiniões sobre o PAM. Porque ao que parece o PAM é uma coisa muito má e é muito mau para os Aveirenses. Mas se é muito mau para os aveirenses, não percebo porque é que alguma oposição está tão assustada pelo facto do PAM ter sido aprovado agora um pouco antes das eleições. Sendo que não é da nossa responsabilidade que apenas tenha sido agora. Sejamos claríssimos. Se o PAM é assim tão mau por que motivo é que é assim tão eleitoralista? Por que motivo é que as pessoas ficam tão preocupadas que este executivo pode agora ser eleitoralista ao utilizar um programa que essas oposições classificam de mau!? Não consigo perceber a clareza de raciocínio. Relativamente ao calvário dos impostos a que os aveirenses estão sujeitos, deixem-me dizer-lhes o seguinte. A subida do IMI era obrigatória para quem acesse ao PAM. Sendo tudo isto baseado na lei penso que quem é governo tem toda a capacidade para a modificar. Existindo neste momento na Assembleia da República uma maioria que aparentemente a utilização das taxas máximas de IMI nas Câmaras Municipais que ocorreram ao PAM, eu pergunto a mim mesmo por que razão essa maioria não modifica a lei e deixa ao critério de cada Câmara Municipal a definição da taxa de IMI que quer aplicar. Eu acho também que seria muito interessante.

Terceira questão os transportes públicos. Eu tenho de subscrever inteiramente aquilo que a Dr.ª Ana Maria Seíça Neves disse que o que interessa é que o transporte público não seja diminuído. Nós podemos é chegar a esse desiderato de formas diferentes e claramente termos visões diferentes. Mas deixem-me também, por uma vez sem exemplo, agradecer ao Dr. Filipe Guerra o facto de trazer aqui questões concreta e não politiquice apenas nos transportes públicos. Eu devo dizer Senhor Dr. que gostei muito de o ouvir. E gosto muito de lhe dizer que como já pode perceber algumas das reivindicações que aqui traz já estão a ser tratadas por este executivo e entre este executivo e o concessionário. E portanto eu acho que essa é a forma de fazer política. O que não é forma de fazer política é nós utilizarmos a abstenção de forma sistemática porque não queremos comprometer aquilo que as propostas trazidas por este executivo permitem porque sabemos ser claramente do interesse dos Aveirenses e depois então utilizar o facto de nos termos absterido para criticar à vontade. Isso é que me parece que não é propriamente de alta política.

Finalmente, deixem-me só falar não vou falar só dos atrasos dos transportes colectivo, para garantir que de uma certa zona de Aveiro para aqui, na hora da Assembleia municipal estão a funcionar bem, deixem-me dizer-lhes uma coisa. Eu não sei porque é que a oposição está tão preocupada acerca da recandidatura do Senhor Eng.º Ribau Esteves à Câmara Municipal de Aveiro. Eu até aceito que estejam preocupados, mas que o manifestem permanentemente é um pouco estranho. Porque tanto quanto eu sei, quem tanto reivindicam saber se o Eng. Ribau Esteves vai ser candidato ainda não apresentou candidato nenhum!?! Ainda andam em grandes discussões por ai, se vem de Águeda, se

vem não sei donde. Bem, depois de ter apresentado venham então perguntar-nos se fazem favor. Não se preocupem que nós sabemos tratar dos assuntos. O nosso assunto está bem tratadinho não se preocupem.

E já agora permitam-me um único reparo. Eu ouço muitas críticas ao anúncio do diabo. Não sei se vem se não vem. Sou católico e acredito que há diabo, embora de diversas formas e não sei se se aplica claramente à situação presente. Eu esta noite por interposta pessoa já ouvi falar do diabo a sério. Certamente ele no concelho de Aveiro está para vir a julgar por alguma oposição que eu ouvi hoje. Muiíssimo obrigado Senhor Presidente pela sua paciência.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴²

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁴³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Algumas notas diretamente relacionadas com as questões que colocaram em relação aos transportes para depois termos uma nota final sobre esta matéria.

Filipe Guerra, eventualmente fiz-me entender mal. O que aconteceu em relação aos motoristas foi que o tempo que ficou disponível para a empresa recrutar motoristas e dar-lhes formação antes do dia um de Janeiro foi muito curto. No nosso trabalho com os nossos motoristas na perspectiva de verificarmos quantos deles estavam disponíveis para irem trabalhar para o concessionário e com os pedidos de adiamento que fomos tendo, fomos até ao dia cinco de Dezembro. E mesmo no dia cinco de Dezembro quando apenas dois motoristas decidiram ir, no dia sete de dezembro ainda tivemos um terceiro que mudou de opinião e também foi para a empresa. Isto deixou muito pouco tempo à empresa para ir ao mercado recrutar e para dar a devida formação numa altura misturada com Natal e Ano Novo, que sabemos para muita gente ser tempo de férias. Quer na formação teórica, quer, especialmente, na formação prática que é ir ao terreno e conhecer bem o território para que as carreiras sejam bem feitas, houve, de facto, pouco tempo. É uma questão factual, não estou aqui a inventar nem a dizer que isto é a culpa de tudo. Deu um contributo, foi um dos fatores, já enunciei outros, e que deu contributo.

Os autocarros são novos e modernos? Sim. Cumprem todos o caderno de encargos. O que é que diz o caderno de encargos? Diz que a idade média dos autocarros não pode nunca ser superior a dez anos e a máxima de dezasseis, mas esta nem está no caderno... é a lei. Eles são novos no sentido de que têm pouca idade. Não são a estrear, Filipe Guerra. Há dias um munícipe nosso muito divertido fez um exercício num email muito giro à volta disto. É só ler o caderno de encargos e o que lá está escrito. Novo é pouca idade. A estrear é a sair do stand. Modernos são todos. Porquê? Porque cumprem um conjunto de condições definidas no caderno de encargos em relação à acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, todos os nossos autocarros, até então havia um que tinha essas condições, permitem o acesso às pessoas com mobilidade condicionada; a produção de monóxido de carbono para a atmosfera dos motores destes autocarros é menos de metade que a dos autocarros anteriores, não foi o concessionário que inventou, fomos nós no caderno de encargos que determinámos e há um ganho ambiental relevantíssimo. Isto não é invenção. Temos, de facto, uma frota nova, moderna e com vários contributos. Se falarem com as pessoas e lhes perguntarem toda a gente diz que são muito melhores. Os outros autocarros eram uma miséria. É verdade que também já tivemos a avaria de um autocarro porque os novos também avariavam. Quanto aos horários noturnos até a empresa já nos propôs acabar com alguns horários às vinte

horas porque nós temos horários às vinte horas em que temos zero utentes ou um ou dois utentes. Nós dissemos que nem pensar, estamos no inverno e é preciso aprendermos o que é que os nossos munícipes fazem na primavera e no verão porque as pessoas têm tendência em ir mais tarde para casa. Portanto, não vamos cancelar nada, vamos deixar estar. As três últimas carreiras de S. Jacinto que vão fazer ligação rodoviária à lancha têm zero pessoas quase todas as noites. Zero, não é uma é mesmo zero. E sabem que ocorrem às carreiras de ida e volta de lancha e ferry dois autocarros por carreira, um da Aveiro Bus e outro da Autoviação Aveirense. Nos três últimos horários vão, em regra, todos com zero, com um ou com dois passageiros. Nós temos que olhar para isto e procurar o tal equilíbrio. Alguns horários do meio da manhã que queremos colocar vão ter muita gente? Não, vão ter pouca gente porque a pendularidade, está tudo estudado e é bom que leiam os relatórios, é de vir para a cidade de manhã e voltar para as zonas periféricas ao fim da tarde. É esta a pendularidade. Alguns cidadãos vão almoçar a casa? Há mas são muito poucos. Algumas pessoas vêm de manhã e vão a meio da manhã? Há mas são poucos. Mas nós queremos dar esse serviço. O meio da manhã vai ter autocarros com lotação esgotada? Nunca, vai ter cerca de dez pessoas, quinze, vai. Mas nós queremos dar esse serviço às pessoas e com esse serviço podemos também ter mais clientes. Mais clientes não é tanto naquele conceito que a Ana Maria Seíça Neves referenciou das pessoas com poucos recursos mas é para ter uma oferta universal o mais possível. Felizmente há cada vez mais pessoas que têm bons recursos, por exemplo que vivem na cidade de Aveiro e que trabalham nalgumas das melhores indústrias do nosso Município e que estão em Mamodeiro e que fazem questão de ir e voltar de transporte público e têm dinheiro à vontade para terem bons carros e para irem e voltar em bons carros, mas que têm um comportamento ligado à sua factura de custos e ao seu contributo ambiental que é diferente. Não é só quem não tem dinheiro, é uma abordagem nova de cidadania. Na relação com o estacionamento nós também queremos pressionar as pessoas que não precisam de pegar no carro porque andam distâncias muito curtas e que passem a pegar no autocarro. O autocarro não é só para quem precisa e não tem dinheiro para ter um carro. O autocarro é para darmos contributo para baixar a quantidade de cidadãos que usam a viatura particular porque isso reduz custos, reduz a poluição, aumenta os índices de segurança nas nossas ruas. É um conjunto de operações que estão em causa e não exatamente uma só coisa, são várias coisas e uma visão lata, uma aposta estratégica na melhoria da nossa situação. É isto que está em causa.

Houve alguns erros, Filipe Guerra. Por exemplo a ida e volta vinte e quatro horas está no caderno de encargos. O nosso concessionário interpretou vinte e quatro horas em sentido estrito. Se alguém comprou o bilhete às sete da manhã tem que regressar até às sete da manhã do outro dia. Corrigiu porque nós dissemos que estava errada a interpretação. O que nós quisemos dizer com as vinte e quatro horas é dois dias seguidos. Pode comprar às sete da manhã de um dia e a volta ser às oito da noite do dia seguinte. Isso foi corrigido mas nos primeiros dias havia o fundamentalismo das vinte e quatro horas. Houve um conjunto de questões como os postos de venda. Os postos de venda têm que ser mais? Têm que ser mais. Já está o concessionário a fazer um contrato com entidades privadas para aumentarmos para aumentarmos a rede de postos de venda e que também serão úteis postos de atendimento importantes para as pessoas e para os nossos utentes.

Dr. Jorge Nascimento, a velocidade estonteante não corresponde à verdade. Não sei se o Sr. Dr. sabe o que é um tacógrafo. O controle sobre a velocidade destas viaturas é apertadíssimo e o sancionamento para quem não cumpra é violentíssimo, sobre a empresa e sobre o profissional. Se viu algum em velocidade estonteante, eventualmente, ele estaria parado e estaria V. Ex.a nalguma descida íngreme em cima da sua bicicleta.

Poderá ter-lhe parecido, por instantes, que era V. Ex.a que estava parado e o autocarro é que estava em velocidade estonteante. Estou apenas a colocar uma mera hipótese académica que pode ser absurda e se for absurda eu retiro esta minha referência.

Aqueles cidadãos, o João Barbosa foi testemunha, que foram à reunião de Câmara, que fizeram a tal manifestação, eram doze pessoas na manifestação que tinham tanta dignidade como se fossem doze mil, com quem eu fiz questão de reunir, de sair do meu gabinete, com aquelas pessoas, noventa e cinco por cento dos problemas que essas pessoas nos colocaram estão todos resolvidos. Atrasos, falta de lugar no autocarro, chegar atrasado ao emprego ou à escola. Noventa e cinco por cento dos problemas estão resolvidos. Ainda há problemas por resolver? Claro que sim, já falei aqui. Estamos a trabalhar para melhorar a relação da oferta com a procura, para servir as pessoas que entendem que estavam bem servidas e deixaram de estar e para servir mais pessoas. É uma aposta muito importante. É do concessionário para ganhar mais dinheiro... com certeza. Mas também é para nós podermos ter melhor ambiente, termos mais qualidade urbana, termos mais segurança na nossa rede viária.

Acionámos o Fundo de Apoio às Famílias. Algum do dinheiro do IMI, Dr. Jorge Nascimento, é para o Fundo de Apoio às Famílias que não tínhamos e agora temos. Pessoas que usavam passes sociais ilegais que a empresa UrbAveiro tinha inventado. Agora têm o apoio social. Mas descobrimos alguns que não tinham só uma carência do apoio para o transporte, tinham outros problemas e hoje a nossa equipa social está a trabalhar com essas famílias. Também foi bom porque a pretexto disso estamos, hoje, a acompanhar famílias que têm outro tipo de carências sociais que não só a financeira no que respeita à sustentabilidade da sua deslocação, em especial casa-trabalho.

Devolvemos aos clientes MoveAveiro e que tinham bilhetes e passes comprados todo o dinheiro. A toda a gente que foi aos serviços devolvemos o dinheiro. Tínhamos utentes que tinham bilhetes em casa há dois anos, o nosso utente com mais bilhetes guardados é exatamente o nosso estabelecimento prisional, recebeu o dinheiro todo, pagámos a toda a gente os bilhetes que agora já não servem para nada mas que durante muito tempo até serviram e podiam ter sido usados. Não foram e nós honramos isso. E deixem-me ler o primeiro mail que nós guardámos porque é uma coisa histórica. O primeiro elogio escrito de um utente à nossa operação. Foi o primeiro, ainda chegaram poucos o que é natural. As pessoas escrevem para nos chamar a atenção para o que está errado. É natural e está muito certo. Mas guardámos o primeiro elogio porque achámos muito interessante e acho também interessante ler-vos os dois últimos parágrafos. «O que me apraz dizer é apenas felicitar-vos pelo vosso esforço e solicitar que se chegarem a fazer alguma alteração mantenham, pelo menos, os horários e as paragens da Linha 8 que existem atualmente. A este respeito importa esclarecer que os horários e as paragens que atualmente existem são responsáveis por eu ter passado a ser vosso cliente diário pois permitem-me ir para o trabalho de manhã, ir almoçar a casa e voltar para o trabalho a seguir ao almoço, e regressar ao final do dia de trabalho. Bem hajam por isso.» Este email não é anónimo, tem nome, embora ache dispensável estar aqui a dizer o nome mas é um cidadão que assinou.

Alguém falou na Santa Casa da Misericórdia; não era uma carreira com uma pessoa. Era uma carreira que se fazia por telefonema de uma pessoa, em regra para levar um cidadão que vivia na Forca e que achava que era melhor ser tratado na Santa Casa da Misericórdia em Oliveirinha do que em estabelecimentos de saúde que tem aqui perto de sua casa. Mas não era uma carreira. Telefonavam a dizer que amanhã o senhor tinha que ir a Oliveirinha, à Santa Casa. Iam buscá-lo à Forca e iam levá-lo a Oliveirinha. Porque é que vocês acham que esta empresa dava dois vírgula dois milhões de euros de prejuízo? Porque era mal gerida. Só por este motivo: porque era mal gerida. Podíamos

ficar aqui a noite toda a contar muitas histórias de má gestão desta nossa empresa. Conclusão, seguimos o caminho de melhorar a prestação que já é boa, de chegar a um nível muito bom de prestação de serviço que já temos hoje e de conseguir introduzir ajustamentos com a maior brevidade possível, sempre com a devida sustentabilidade legal e financeira, como não pode deixar de ser. E é isso que vai acontecer. Este serviço melhorou muito aquilo que tínhamos e temos um espaço de progressão que vamos usar dentro da gestão da nossa responsabilidade.

Sobre o PAM deixar estas respostas à Rita Batista. A revisão do regulamento é uma confusão qualquer sua porque nós apoiamos em zero há muitos anos, com exceção dos bombeiros, e, portanto, vai aumentar muitíssimo o apoio às Associações. Não há aqui nada que tenha a ver com alguma interpretação sua errada porque a Câmara vai aumentar e muito porque negociámos com o PAM. Nós sabemos bem qual é o montante que vamos atribuir às nossas Associações e vocês também sabem, está no Plano e Orçamento. Não está um valor qualquer, está o valor que acordámos na negociação do Programa e que é muito superior aos últimos anos e que também é muito superior aos anos em que a Câmara dava apoio às Associações. E isso também é chato para vocês porque, de facto, nós vamos conseguir apoiar financeiramente as nossas Associações, somando ao apoio logístico, ao apoio institucional, que temos prestado a todas elas.

Em relação à venda de bens e serviços é também uma interpretação sua errada, Rita Batista. Esse valor é um valor conservador. Temos condições para ter esse valor mais alto com os bens e com os serviços que hoje vendemos e que já prestamos. Não estamos à procura de mais nada. Aliás, estratégia nossa na estruturação da despesa do PAM que é sermos conservadores para não nos arriscarmos a termos desvio pela negativa, queremos ter desvios pela positiva.

Já começou a revisão do Regulamento da Habitação Social. Na penúltima reunião de Câmara já deliberámos formalmente a abertura do processo, está para publicação em Diário da República, segue o seu caminho cumprindo o Código de Procedimento Administrativo. Também está aberto o terceiro concurso, temos aquela confiança que desta vez é que vai ser, para a qualificação os cinquenta e cinco fogos que não têm condições de habitabilidade e que com a obra que seguramente faremos passarão a ter.

Os juros que vamos pagar são juros que vamos pagar de todo o dinheiro que usarmos dos oitenta e cinco vírgula cinco milhões de euros a partir do momento em que os começarmos a usar. Pagamos os juros da primeira tranche a partir do momento em que a recebermos mas só pagamos os juros da última tranche a partir do momento em que a recebermos. Quando é que nós vamos saber se usamos os oitenta e cinco vírgula cinco ou se ficamos num valor abaixo? Seguramente na sexta tranche porque a diferença não será superior a sete milhões de euros ou se for superior a sete milhões não será superior a quinze milhões de euros que é o valor arredondado de cada uma das tranches, entra a segunda a sexta tranches. Portanto, se folgar vai ser na ponta final que nós iremos saber que não precisamos de usar um valor 'X'. Esse valor que não precisamos de usar não iremos receber e, obviamente, não pagaremos os respectivos juros. O mecanismo de funcionamento é assim. Por exemplo, na primeira tranche vai chegar um valor de uma dívida que já pagámos, o que é que se faz a esse dinheiro? Começamos a pagar um valor da dívida da tranche seguinte. E sempre assim, sucessivamente. O que quer dizer que a sobra vai ficar toda armazenada na última tranche. É assim que está montado este procedimento. É muito importante lembrar porque somos obrigados a pagar mais IMI e, Dr. Jorge Nascimento, é sempre bom dizer a verdade e eu às vezes fico preocupado consigo quando faz essas derivas da independência para a extrema-esquerda. O que a maioria parlamentar nos propiciou por mérito do Partido Comunista foi deixarmos de ter a obrigação de ter zero cinco como limite como taxa obrigatória no nosso IMI e

podemos escolher, nós escolhermos, entre zero quarenta e cinco e zero cinco. E fomos nós que decidimos ir a esse intervalo e escolher o valor mais baixo do zero quarenta e cinco. Este é a verdade objetiva da lei, não vale a pena mentir e tentar, nesta lógica independente, dar a razão à extrema-esquerda porque a razão e a verdade objetiva é esta. Foi a actual maioria parlamentar que nos propiciou a oportunidade de baixarmos a nossa taxa máxima mas foi a nossa decisão porque podíamos ter tomado a decisão de mantermos o zero cinco ou o zero quarenta e sete e meio, uma coisa qualquer intermédia entre um valor e o outro. Esta é a verdade objetiva, não é correto, nem necessário mentir. E onde é que está o dinheiro? Está nos três vírgula quatro milhões que pagámos em Março do ano passado aos pequenos credores Nós já não temos pequenos credores na Câmara, temos alguns nas empresas municipais porque, por questões legais, não podemos pagar. Pagámos a toda a gente a quem devíamos menos de cinquenta mil euros. Pagámos quarenta e cinco milhões de dívidas em três anos. O dinheiro do IMI ajudou muito. Hoje a qualidade das nossas estradas está muito melhor que há três anos. É claro e cristalino, só quem não anda nelas. Está muito para fazer? Está. Mas já está muito melhor? Está. Quatro milhões de euros. Quem é que contribuiu? O IMI também contribuiu. Mais de trinta mil euros que já gastámos no Fundo de Apoio às Famílias. O IMI contribuiu? Contribuiu. O dinheiro está utilizado, está ao dispor das pessoas. Deixámos uma reserva de tesouraria que, como todos sabem, temos este valor alto. Porquê? Porque podíamos ter tido um chumbo no PAM. e se tivéssemos um chumbo em vez de dois vírgula poucos milhões de euros de serviço de dívida este anos tínhamos nove milhões. E quem é que nos perdoaria, sendo ano de eleições ou não sendo? Quem é que nos perdoaria que nós tivéssemos feito uma gestão irresponsável e que nesse quadro de não PAM não tivéssemos dinheiro para pagarmos o serviços da dívida e tantas outras coisas? Portanto, é este o estado da arte, foi esta a gestão que fizemos e os nossos cidadãos sabem que o seu esforço, a sua participação está traduzida em apoio a quem precisa, em mais qualidade, em obras como as USFs de Esgueira e de Cacia, todo um conjunto de obras que também foi possível fazer e pagar porque nós não somos como aquela Câmara que fazia muitas obras e depois ficava a dever a toda a agente. Todas as nossas obras estão pagas. Todas. Com o dinheiro de quem? Com o dinheiro da nossa receita e uma parte é também do IMI. Esta é a nossa forma de gerir, com uma atitude séria e consequente em relação àquilo que é a participação dos nossos cidadãos, os que pagam IMI e que não chegam a cinquenta por cento do total dos cidadãos aveirenses e os outros tiveram uma redução na factura fiscal porque a taxa de RSU baixou trinta por cento em dois anos, no somatório de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete; acabámos com a taxa de Protecção Civil a toda a gente; e isto baixou a factura fiscal a toda a gente e foi particularmente importante para aqueles aos quais os poucos euros que estas coisas valem são muito importantes na sua estrutura de rendimento ou saírem da sua estrutura de custos na gestão das suas famílias.

A Dra. Ana Maria Seíça Neves colocou uma questão mas eu gostava de propor uma coisa. Esse relatório está feito pela nossa chefe jurista; vocês às vezes acham que eu faço tudo na Câmara, não é verdade. É um relatório feito por alguém altamente responsável e competente, das melhores funcionárias que nós temos. Eu sugiro e tenho, para além do gosto, também a obrigação de providenciar uma reunião de trabalho com os nossos colegas autarcas da Assembleia que têm formação em direito uma reunião com a nossa Chefe de Divisão precisamente para trocarmos essas opiniões e podermos ter um relatório o melhor possível. Nós queremos isso, queremos que vocês tenham toda a informação. Esta é uma Câmara transparente. A nossa oposição na Câmara e na Assembleia tem acesso a tudo. Portanto, sugiro-lhe isto porque acho que algumas das questões que referenciou e que acho pertinentes. Ao dispor. Eu providencio-lhe uma

reunião com a nossa Chefe de Divisão responsável. Eu nem leio esses relatórios, leio pontualmente quando fazemos algum ponto de situação dos processos. Agora, para a Assembleia é o meu Chefe de Gabinete que acompanha o processo. Como em relação ao relatório financeiro. Eu nem leio, leio apenas quando faço despacho com o Chefe de Divisão e está aí o relatório feito pelo nosso Chefe de Divisão. Portanto, alguma ajuda, algum contributo, ao dispor. Transparência total, acesso total a tudo. Não vão ao site, vão aos serviços da Câmara que nós facultamos isso. Obviamente que temos essa opção e obrigação política e fazemos isso com todo o gosto, analisando as questões que a Dra. Ana Maria suscitou e que uma ou outra me parecem pertinentes, uma ou outra nem lhe saberei responder, mas garantidamente a nossa Chefe de Divisão saberá responder, tendo sempre a perspectiva de fazer melhor que é aquilo que nós pretendemos.

A luta contra o escaravelho continua. Contra o escaravelho marchar, marchar, mas isto está muito difícil e não estamos a conseguir ganhar a luta ao escaravelho. E fomos avisados pela empresa, não vale a pena sermos engenheiros. O que eu aprendi com a empresa é que o escaravelho não fica em palmeiras que perdem a matéria com clorofila, a partir do momento em que a matéria verde da palmeira desapareceu, em que ele a comeu toda ou que ela morreu, ele não fica no tronco. Eu aprendi isto mas não sou especialista na matéria, Sra. Dra., tenho alguma formação biológica mas de escaravelhos tenho aprendido umas coisas ultimamente. Os troncos vão ser removidos ainda esta semana. O Vereador Jorge Ratola colocou-me à frente um despacho, que a mim me chocou um bocado mas lá tive que o fazer, para abater seis palmeiras que estão completamente mortas. Vamos gastar cerca de quatro mil euros para remover as palmeiras já que é uma operação difícil, com deslocação de meios e é caro. Mas nós vamos tirá-las, uma a uma. Definimos um critério que tem a ver com aquelas que têm maior perigosidade porque elas vão morrer, morrendo perdem resistência e perdendo resistência aumenta a probabilidade de caírem no sítio e no momento errado. Nós não temos meios para o fazer, temos que contratar uma empresa estas operações, principalmente nas palmeiras mais altas. Nós não temos meios de remoção total dos troncos das palmeiras mortas. E já exortámos o Governo, no âmbito da ANMP, para definir uma estratégia nacional de combate ao escaravelho e à vespa asiática. Se não houver uma estratégia nacional, eventualmente até mais que nacional ou ibérica, nós, municípios, não temos hipóteses de resolver este problema porque, obviamente, não há barreiras municipais para este tipo de fenómenos. Só de vespa asiática nós já tivemos mais ocorrências no mês de Janeiro deste ano do que em todo o ano passado. Quem paga? Os nossos bombeiros e a nossa câmara. Mas nós não somos capazes de resolver estes problemas porque a vespa não pede licença à Câmara para entrar no município.

Esqueci-me de uma coisa que me parece muito importante que o Marques Pereira referenciou. Nós fomos sempre os primeiros no processo PAM, é verdade, é um facto, ajudámos muitas câmaras e fomos a sexta câmara a ter visto. Mas o que se passa em Portugal é tão mau, o processo é tão difícil e é tão inadmissível que câmaras em situação de emergência ainda estejam a penar. A lei é de Agosto de dois mil e catorze e nós fomos apenas o sexto município a ter Visto, estão neste momento mais cinco dentro do Tribunal de Contas e inacreditavelmente do grupo dos vinte e três que formalmente estão no FAM ainda há doze que nem sequer construíram ainda o seu programa para o meterem no Tribunal de Contas. Isto é mau de mais para uma legislação que está em vigor há quase dois anos e meio. É mau de mais mas é o país que nós temos e cabe à actual maioria parlamentar arranjar uma melhor solução. Todos a queremos. Não me fartarei de repetir que a nossa Câmara não precisa de zero cinco, nem de zero quarenta e cinco, de IMI. Nós, com zero quatro cuidamos da nossa capacidade de investimento e cuidamos de honrarmos o nosso programa, pagarmos a quem devemos e daqui a pouco fazemos o

serviço da dívida ao próprio Fundo. Quantas discussões tive com a anterior ministra das finanças. Está-nos a obrigar a um IMI de zero cinco porquê? Por causa do défice? Porquê? Como é que isso conta para o défice? Não conta, está equivocada na conta. Não a conseguimos convencer. Mas há um problema com a actual maioria também não a conseguimos convencer. Por mérito do Partido Comunista, lutador incansável ao lado das posições da ANMP, conseguimos esta folga de podermos usar o intervalo entre o zero quarenta e cinco e o zero cinco. Lembrando o IMI familiar que permitiu a sete mil famílias do nosso município pagarem menos IMI em dois mil e dezasseis e agora, em dois mil e dezassete. Nós adotámos o IMI familiar, aprovámo-lo aqui, trouxemo-lo aqui, e isso foi útil a sete mil famílias que têm um, dois, três ou mais filhos a cargo e que tiveram essa facilidade por nossa decisão política. Não foi o governo anterior, nem a actual maioria parlamentar. Foi a lei que nos propicia esse instrumento e é a nossa decisão usar ou não usar. A nossa decisão foi sim, nós usámos esse instrumento e foi, para nós, útil, por isso o escolhemos e por isso o quisemos usar.

João Barbosa, o problema que temos com o estaleiro na Marquês do Pombal é que a licença perdeu a validade há pouco tempo, dois ou três meses, e temos estado nas interações com o empreiteiro para ele remover todo o estaleiro. Ele invocou problemas de natureza logística mas estamos a pressioná-lo para ele retirar aquele estaleiro dado que o motivo que o levou a licenciar está absolutamente ultrapassado.

Quanto às Pontes sobre o Canal, eu sei que o meu amigo calcorreia a nossa cidade mas não calcorreado na zona do Cais da Fonte Nova, nem hoje, nem ontem, porque perturbámos o trânsito ontem e hoje porque estão lá, não as pontes recauchutadas, mas as novas pontes, iguaizinhas às anteriores. Estavam lá ontem. A estrutura base da ponte foi colocada ontem; ainda não se pode passar sobre elas porque falta a colocação do tabuado, um conjunto de afinações no processo de fixação. Vão ver lá nos próximos dias gente a trabalhar para terminar. Mas chegaram ontem as novas pontas, não são recauchutadas mas são as novas pontes. Já aqui tinha anunciado o processo e agora teremos nos próximos dias os respectivos acabamentos e elas vão voltar à sua utilização. Com uma garantia: a Câmara Municipal de Aveiro fará a devida manutenção, já temos o plano de manutenção na nossa mão para que elas não tenham uma vida útil tão curta como tiveram aquelas que agora foram para o lixo. Elas são de madeira na maioria da sua estrutura, com uns pequenos elementos metálicos, e esperamos que elas possam durar, no mínimo, o dobro do tempo que duraram porque a senhora câmara não tratou da madeira. Como bem sabemos na vida a madeira tem que ser tratada porque se não a sua vida útil é bem mais curta do que aquilo que nós queríamos.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“O Senhor Presidente acusou-me aqui de mentiroso! Devo dizer-lhe que é coisa que não gosto de ser. E dizer, vim aqui fazer uma busca mas não consegui obter a lei do orçamento, mas olhe eu estou persuadido a que não é como V. Exa diz. O IMI obrigatoriamente se fixou nos 0.45 no máximo. Olhe tenho aqui “jornal de negócios” taxa máxima de IMI desce já em 2016. O imposto a pagar no corrente ano vai já variar entre 0.3 e 0.45 tal como ficou definido no orçamento do Estado para este ano. Depois a seguir outro jornal “Câmaras como as Faro, Setúbal, Santarém ou Mafra, deixaram de cobrar taxa de IMI superior a 0.45.” Portanto Senhor Presidente se eu minto e estou persuadido a que não minto, mas se minto sou acompanhado por todos estes mentirosos.” V.Exa será o único verdadeiro. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Dr. Jorge Nascimento, o Senhor é boa gente. Não tem é jeito para as contas, baralha-se com as contas todas, diz uns disparates, procura defender a honra ao convento de um convento sem honra. Mas o Senhor é boa gente e não é nenhum mentiroso. Eu não tenho o Sr. Dr. por uma pessoa mentirosa. Mete umas gaitadas nisto da política mas não é um mentiroso.

Eu não tenho aqui, estava até a falar com o Dr. Filipe Neto Brandão, mas veja a lei do Orçamento do Estado e é absolutamente como eu lhe disse. O jornalismo é jornalismo, uma peça jornalística não vai transcrever a lei do Orçamento do Estado. Há um número do artigo sobre o IMI na Lei do Orçamento de Estado de 2017 que diz especificamente que os municípios FAM podem escolher o intervalo entre o zero quarenta e cinco e o zero cinco. Obviamente que o português é bem melhor que este que eu acabei de usar mas é assim. Mas não há problema nenhum. O Sr. Dr. antes de se deitar ou amanhã, o meu telefone está sempre ao seu dispor, vemos o artigo e o número e o Sr. não fica mentiroso por isso. Não é por isto que o agora o Sr. Dr. Jorge Nascimento é mentiroso. Eu gosto de si, o Sr. Dr. não gosta de mim, mas eu gosto de si além de lhe achar piada. Mas não o desonrei, Sr. Dr. Tenha a certeza absoluta que eu honro V. Ex.a embora normalmente em termos políticos discordo, mas honro V. Ex.a. E aquela coisa do autocarro e da velocidade é apenas uma brincadeira porque é um ciclista que eu prezo bastante.”

Encerrado a apreciação do Ponto 1 da *Ordem-do-dia*, o Presidente da Mesa⁰⁴⁷ informou o plenário que havia um munícipe inscrito e dado o avançado da hora, iria abrir nos termos regimentais o Período de Intervenção do Público ficando os restantes pontos para a continuação da sessão.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Peço desculpa porque estava equivocada e pensei que ainda iam usar mais tempo neste ponto e eu deixei aqui uma nota que acho que é importante.

Uma palavra para os sindicatos e para os nossos trabalhadores. É absolutamente anormal numa reforma tão profunda e tão difícil como esta temos tido uma relação absolutamente tranquila, pacífica, com os nossos trabalhadores envolvidos e com os três sindicatos com quem trabalhamos este processo. E sabemos o quanto isso preocupou os partidos nomeadamente da nossa oposição, da nossa esquerda, especialmente da extrema-esquerda, em chamadas de atenção. Esta prova dos nove da tranquila relação com os trabalhadores e com os sindicatos e com a Câmara, neste processo, é bem a confirmação daquilo que sempre dissemos que estávamos a cuidar de cada um dos nossos funcionários, que estávamos a cumprir a lei mas estávamos a fazer tudo no sentido de propiciar a cada um deles, independentemente do caminho que fosse o seu, a dignidade humana que tem que existir sempre, o cumprimento da lei e um tratamento com a mais elevada elegância a todos os níveis. E por isso quero aqui deixar esta nota de agradecimento a todos eles, que está escrita, mas também a queria deixar aqui e aos sindicatos que conosco trabalharam neste processo intenso, de muito trabalho, de muitíssimas reuniões, mas com uma paz e um resultado final que é objetivamente positivo. Ainda hoje reuni com um dos sindicatos, com o STAL, para fazer a avaliação desse processo e a nota é, de facto, muito alta no sentido positivo.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que o munícipe António da Cruz Ferreira Santiago,⁰⁴⁹ residente na Freguesia de Santa Joana, viria apresentar preocupações sobre a Vala situada na Quinta do Gato.

António Santiago (Munícipe)⁰⁵⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵¹

“Só para contextualizar, quando o Sr. António disse que veio aqui, não foi aqui, foi um lapso seu, foi a uma reunião de câmara com um conjunto de cerca de quinze pessoas. Este é um problema antigo em Santa Joana e que estamos a procurar resolver. Dizer que temos a creditação técnica fechada, temos a solução técnica apontada, falta a orçamentação que ainda não está concluída mas espero nas próximas duas ou três semanas ter tudo pronto primeiro para vos chamar, aliás primeiro ainda temos uma conversa com o Presidente da Junta, Vítor Marques, e depois para vos explicar como iremos resolver o problema que tem a ver com um investimento que não é pequeno. A questão é um bocado mais complicada naquilo que respeita à relação de aproveitamento da tal manilha que está na rua que desce ao lado do jardim. É mais complicado do que aquilo que pareci, pelo menos da impressão com que fiquei da nossa conversa que tivemos na reunião de câmara. Repito que nesta duas ou três semanas teremos a solução fechada. Santa Joana tem-nos dado muito trabalho com a falta de rede de águas pluviais. Há um processo que está terminado e resolvido, há outro que está muito difícil junto ao conhecido Batista e que é um problema inacreditável que nem se pode dizer a verdade toda que é para não deixar muita gente mal, gente boa mal, e temos este problema que o Sr. António aqui relatou e que levou à reunião de Câmara. Já o conhecíamos, como também lhe disse, já há técnicos da Câmara envolvidos, mas estamos perto de termos todos os dados para tomarmos decisões, na certeza absoluta que procuramos uma solução capaz em termos técnicos e financeiros para que Câmara possa fazer o investimento necessário para, de uma vez por todas, resolver aquele problema que ali temos.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa⁰⁵² deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Fevereiro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 24 de Fevereiro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 18 de fevereiro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:45)